



PUC

DEPARTAMENTO DE DIREITO

**Novos aspectos da dissolução parcial das
sociedades anônimas e o CPC/15.**

por

Daniel Caetani

ORIENTADOR: Paulo Eduardo de Araújo Penna

2018.2

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 225 - CEP 22453-900

RIO DE JANEIRO - BRASIL

Novos aspectos da dissolução parcial da sociedade anônima e o CPC/15.

por

Daniel Caetani

Monografia apresentada ao Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) para a obtenção do Título de Bacharel em Direito.

Orientador: Paulo Eduardo de Araújo Penna

2018.2

Resumo

O presente trabalho busca apresentar a abordagem trazida pelo Novo Código de Processo Civil de 2015 para o instituto da dissolução parcial das sociedades anônimas, uma vez que o tema não é nada pacificado, tanto na doutrina quanto na jurisprudência.

De forma introdutória, será analisada a história das sociedades anônimas e seus conceitos de maior relevância para a compreensão do caso, além de se expor a evolução do instituto da dissolução parcial no ordenamento jurídico pátrio.

Busca-se também demonstrar como o novo dispositivo (Art. 599, §2) trazido pelo NCPC/15 é incompatível com a sistemática atual existente na Lei das Sociedades Anônimas. Ainda que não caiba aqui a sustentação pela não-aplicação do referido artigo, a crítica deve ser feita.

Por fim, será apreciado o rito especial previsto no NCPC/15 para a ação de dissolução parcial da sociedade. No entanto, a análise será feita tendo sempre a ressalva de que o procedimento não teve suas especificidades ajustadas para as companhias.

Palavras-Chave

Direito Societário. Direito Empresarial. Direito Processual. Dissolução Parcial. Sociedade Anônima. Código de Processo Civil. Lei das Sociedades Anônimas. Direito de Recesso. Sociedade Limitada. *Affectio Societatis*. *Intuitu Personae*. *Intuitu Pecuniae*. Superior Tribunal de Justiça.

Sumário

1. Introdução	5
2. As sociedades anônimas	8
2.1. Surgimento e evolução histórica	8
2.2. Características das sociedades anônimas	12
3. Evolução histórica da dissolução, tanto total, quanto parcial das sociedades	16
4. A dissolução parcial na sociedade limitada	20
5. <i>A affectio societatis, intuitu personae e intuitu pecuniae</i>	23
6. A dissolução parcial na sociedade anônima	26
7. Direito de Recesso	31
8. A não previsão da dissolução parcial na Lei 6.404/76	35
9. Entendimento dos Tribunais	37
10. A aplicação do Novo Código de Processo Civil de 2015	49
Conclusão	56
Bibliografia	59

Lista de Abreviações e Símbolos

Art.

Código Civil ou CC/02

Código Civil de 1916

CPC/15, CPC, NCPC/15 ou NCPC

CRFB/88

LSA ou Lei das S.A.'s

STJ

TJRJ

§

Artigo.

Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Lei 3.071, de 1º de janeiro de 1916.

Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

Constituição da República Federativa do
Brasil de 5 de outubro de 1988.

Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Superior Tribunal de Justiça.

Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Parágrafo.

1. Introdução

O instituto jurídico da dissolução parcial desempenha um papel de grande relevância na seara empresarial, tendo como principal escopo o princípio da preservação da empresa, pelo qual, sempre que possível, há que se manter a empresa como organismo econômico produtor de riquezas, tendo em vista os inúmeros interesses envolvidos, como os dos trabalhadores, do fisco e dos consumidores¹. O referido instituto pode ser entendido como uma opção mais amena para a superação dos conflitos entre os sócios, de forma que a sociedade não precise ser integralmente liquidada e extinta.

Na presente dissertação se buscará discutir a possibilidade ou não da aplicação da dissolução parcial às sociedades anônimas, em paralelo ao entendimento existente a respeito das sociedades contratuais. A promulgação da Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015, o Novo Código de Processo Civil, reascendeu o debate, uma vez que estendeu às sociedades anônimas de capital fechado esse instituto, desde que atendessem a alguns requisitos, conforme exposto abaixo.

É interessante notarmos a evolução histórica da legislação até o presente momento, que culmina com o CPC/15, em seu Art. 599, §2º², prevendo a possibilidade da dissolução parcial na sociedade anônima de capital fechado se for demonstrada a impossibilidade de preenchimento do seu fim. Antes desse

¹ TOMAZETTE, Marlon. Legitimidade na ação de dissolução parcial nas sociedades contratuais no CPC/ 15. In: RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; CARAMÊS, Guilherme Bonato Campos (coord.) *Direito Empresarial e o CPC/15*. 2ª edição. Belo Horizonte. Fórum, 2018. p. 37.

² “Art 599, § 2º: A ação de dissolução parcial de sociedade pode ter também por objeto a sociedade anônima de capital fechado quando demonstrado, por acionista ou acionistas que representem cinco por cento ou mais do capital social, que não pode preencher o seu fim.”

marco legal, os tribunais superiores aplicavam, por analogia, a matéria do Código Civil que tratava das sociedades contratuais.

Entendem ALVES e TURANO que a utilização da expressão “dissolução parcial” é imprópria, uma vez que é apenas uma espécie do gênero resolução da sociedade em relação a um sócio³. Ainda, argumentam ser inconcebível a dissolução parcial, pois a personalidade jurídica continua a existir, diferente do que ocorre na dissolução *de fato*, quando a personalidade jurídica é extinta por completo.

Neste sentido, BERTOLDI e RIBEIRO:

“Ora, por dissolução devemos entender o fim da sociedade, a sua extinção, a sua decomposição: se é assim como imaginar o fim que não seja total, a extinção só de parte da sociedade? Ou ela se extingue ou não.”⁴

O Código Civil de 2002, na Seção V do capítulo das sociedades simples, adota a nomenclatura “Da Resolução da Sociedade em Relação a um Sócio” ao tratar entre os Artigos 1.028 e 1.032 das hipóteses de retirada de um único sócio com a continuidade da sociedade, hipóteses em que se inclui a dissolução parcial.

No entanto, a terminologia aqui adotada será a da dissolução parcial das sociedades, de forma a estar em sintonia com o texto redigido pelo legislador no CPC/15 e com grande parte da doutrina⁵.

³ ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção; TURANO, Allan Nascimento. Resolução da sociedade limitada em relação a um sócio e a ação de dissolução parcial. 1. Ed. Curitiba: Juruá Editora, 2016. p. 49

⁴ BERTOLDI, Marcelo M; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. Curso Avançado de Direito Comercial, 7. Ed. Curitiba: Revista dos tribunais, 2013. p. 158.

⁵ Conforme será visto no decorrer deste trabalho, autores como Nelson Eizerik, Modesto Carvalhosa, Alfredo Lamy Filho e José Luiz Bulhões Pedreira adotam a expressão “dissolução parcial”.

Nas palavras de LUCENA:

“Explica-se a denominação. A dissolução parcial surtiu como uma forma de se evitar a dissolução total, arrebanhando as mesmas causas que, segundo o vetusto Código de Comércio, extinguiriam a sociedade. Adicionou-se lhe, então, para distinção, o *adjetivo parcial*, reservado o uso do vocábulo isolado para significar a total e definitiva extinção da sociedade (...).”⁶

Ainda, deve-se compreender que a dissolução da sociedade não produz o efeito da extinção de forma imediata, uma vez que é aberto o procedimento de liquidação do patrimônio social da sociedade antes de seu término definitivo, que conforme ensina SANTOS, “é fato jurídico complexo, que suspende o funcionamento normal da companhia (ou apenas a plena execução do contrato da companhia) e dá origem a procedimento de liquidação do patrimônio social”.⁷

Dessa forma, será apresentado também o percurso das sociedades anônimas até nossos dias de hoje, ressaltando sua importância para sociedade capitalista e contrapondo como seu conceito foi sofrendo alterações, para permitir, por exemplo, a existência da sociedade anônima fechada.

Portanto, partiremos primeiramente para o introito histórico, que abordará também a evolução do instituto da dissolução parcial, para depois seguirmos para análise dos conceitos jurídicos pertinentes ao tema da dissolução, como o *affectio societatis*, *intuitu personae* e *intuitu pecuniae*, e posteriormente para o exame da jurisprudência.

⁶ LUCENA, José Waldecy. Das sociedades anônimas – comentários à lei (arts. 189 a 300), vol. 3. Rio de Janeiro: Renovar, 2012. p. 210.

⁷ SANTOS, Paulo Penalva. Dissolução, Liquidação e Extinção. In: LAMY FILHO, Alfredo; PEDREIRA, José Luiz Bulhões (Coord.). Direito das Companhias. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 1316.

2. As sociedades anônimas

2.1. Surgimento e evolução histórica

O atual estágio de desenvolvimento econômico da sociedade global é, em grande parte, fruto de anos de desenvolvimento e aperfeiçoamento de estruturas jurídicas que permitissem a exploração das atividades econômicas de forma mais produtiva. Um dos grandes triunfos alcançados foi a limitação da responsabilidade dos sócios, que criou um ambiente de previsibilidade muito maior, proporcionando a tão almejada segurança jurídica.

A estrutura jurídica de maior destaque é a sociedade anônima, que sofreu enormes mudanças ao longo dos séculos até o seu atual estágio. Segundo TOMAZETTE, a evolução das sociedades anônimas pode ser dividida entre três fases: a do privilégio, a da autorização governamental e a da liberdade plena. Para ele, foram três fases em que determinadas características foram marcantes, mas importante notar que as três fases ainda sobrevivem até os dias de hoje, ou seja, uma fase não necessariamente excluiu a outra.⁸

De forma ainda muito embrionária, exemplifica-se como uma simples precedente à estrutura das sociedades anônimas uma instituição surgida em 1407 em Gênova, na Itália. É a Casa di San Giorgio (também referida na doutrina como Banco di San Giorgio⁹), entidade em que particulares se reuniram para conceder empréstimos ao Estado, e em troca, recebiam a permissão de cobrar tributos. Os individuais que faziam parte dessa associação recebiam títulos representativos dos créditos existentes contra o Estado, ideia essa que remonta

⁸ TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial: Teoria Geral e Direito Societário. Vol. 1. 8. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017. p. 419.

⁹ LAMY FILHO, Alfredo e BULHÕES PEDREIRA, José Luis. A Lei das S.A. Renovar, Rio de Janeiro, 1997. p. 28

ao conceito de capital social, como mais tarde viria a ocorrer com as sociedades por ações.

No entanto, consideram-se como as primeiras sociedades anônimas as denominadas sociedades coloniais, como por exemplo, a Companhia Holandesa das Índias Orientais, fundada em 1602.

Segundo TOMAZETTE:

“Tratava-se de uma companhia constituída pelo Estado, com a conjugação de capitais públicos e particulares, representando uma descentralização política, social e econômica das funções estatais, isto é, tal companhia existia para exercer um papel que tocava ao Estado, a colonização do “novo mundo”.¹⁰

Ainda sobre a Companhia Holandesa das Índias Orientais, anotam LAMY FILHO e BULHÕES PEDREIRA:

“A primeira das companhias colonizadoras e, por isso mesmo, a mais importante, foi a “Companhia das Índias Orientais” fundada em 20 de março de 1602 na Holanda.

A nova entidade foi constituída com aproveitamento das sociedades marítimas já existentes – as Rheenderein, consórcios de armadores de navios, habituados ao contato com financiadores e co-participantes de expedições marítimas, e que vieram a tornar-se seus primeiros acionistas. A Companhia das Índias Orientais, como observa BRUNETI (1948, nº 377), formou-se com a fusão de oito Rheenderein. Mas a constituição do capital não ficou limitada a esses sócios armadores: admitiu-se o ingresso de quantos desejassem, “nacionais ou estrangeiros, cristãos ou judeus”, sem limitação de qualquer natureza. O objetivo era a participação de “todos os habitantes das Províncias Unidas”, “com muito ou pouco, conforme desejassem”.

A todos os partícipes outorgava-se um comprovante de sua participação, transferível livremente, que assegurava aos respectivos titulares direito de ação contra a Companhia para haver a sua parte no patrimônio comum, e nos lucros: daí o nome de ação (“Aktie” em holandês) atribuído ao título de participação.

¹⁰ TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial: Teoria Geral e Direito Societário. Vol. 1. 8. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017. p. 420.

A constituição da Companhia decorreu de ato governamental que lhe conferiu grandes privilégios (“Oktroi”). Com efeito, o objetivo a que se propunha a Companhia era gigantesco: a penetração e conquista do Golfo Pérsico à Indonésia. Para tanto, a Companhia foi investida de poderes e prerrogativas de Estado: fazer guerra e firmar tratados com príncipes estrangeiros, concluir alianças e até cunhar moeda (Cottino, 1957, p. 564). A expressão “Estado dentro do Estado”, tão usada para dimensionar as grandes companhias da época em diversos países, a nenhum outro exemplo se aplicaria melhor.”¹¹

Portanto, observa-se que a constituição da Companhia das Índias Orientais operou-se pela concessão de um privilégio, uma vez que o próprio poder público arbitrariamente concedia a permissão para a existência das companhias.

Todavia, isso viria a mudar séculos mais a frente, pois depois dos conturbados anos da Revolução Francesa, herdou-se ampla liberdade associativa e comercial. A liberdade na França era tamanha que muitos abusos eram relatados, fazendo com que o Código Comercial Francês de 1807 exigisse a autorização governamental para a constituição de uma sociedade anônima. Apesar dessa limitação criada, o código foi amplamente festejado por “fixar normas gerais para disciplinar a formação e funcionamento das sociedades por ações; a partir dele, não mais necessitava a sociedade, para constituir-se, de lei especial”¹², garantindo também “acesso à forma anônima, antes reservada a empreendimentos de interesse do Estado, ou por ele privilegiados.”¹³

No entanto esse regime de autorização governamental demonstrou ser um grande inibidor à atividade econômica, dificultando e burocratizando a criação de sociedades, além de que as autorizações podiam ser revogadas a qualquer

¹¹ LAMY FILHO, Alfredo e BULHÕES PEDREIRA, José Luis. A Lei das S.A. Renovar, Rio de Janeiro, 1997. p. 33.

¹² LAMY FILHO, Alfredo e BULHÕES PEDREIRA, José Luis. A Lei das S.A. Renovar, Rio de Janeiro, 1997. p. 51.

¹³ Ibid. p. 51.

tempo, o que trazia enorme insegurança jurídica para o desenvolvimento da atividade econômica.

Assim, em 1867 foi retirada a necessidade de autorização para a constituição da sociedade por ações, caracterizando o início da fase da liberdade plena. Nesse regime não se fazia mais necessário uma autorização prévia, mas apenas se devia cumprir determinadas formalidades prescritas em lei, e ao cumpri-las, a sociedade podia então ser constituída.

Conforme anteriormente apresentado, as três fases de desenvolvimento não implicam na inexistência da outra. Nas palavras de TOMAZETTE:

“Tais fases de evolução da sociedade anônima não se excluem, vale dizer, as fases do privilégio, da autorização governamental e da liberdade plena convivem até hoje, havendo um predomínio do regime da liberdade plena. A chamada fase do privilégio ainda pode ser vista nas sociedades de economia mista, cuja autorização depende de autorização legislativa, isto é, de uma concessão estatal.

Também subsiste o regime da autorização governamental em relação a determinadas atividades, como das instituições financeiras e seguradoras, diante do maior interesse envolvido no exercício de tais atividades, que impõe uma maior fiscalização estatal.”¹⁴

Portanto, após o início da fase da liberdade plena, o desenvolvimento das sociedades por ações foi cada vez maior, sendo impulsionado também pela Revolução Industrial, uma vez que os empreendimentos industriais se mostravam muito custosos, e a estrutura da sociedade anônima permitia a captação de recursos junto ao público. Isso confere à sociedade anônima o status de instrumento fundamental ao desenvolvimento do capitalismo, “na medida em que alia a capacidade ilimitada de atrair recursos financeiros e a possibilidade de limitar e dispersar os riscos dos empreendimentos.”¹⁵

¹⁴ TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial: Teoria Geral e Direito Societário. Vol. 1. 8. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017. p. 421.

¹⁵ Ibid. p. 424.

2.2. Características das Sociedades Anônimas

As sociedades anônimas possuem uma distinção básica quanto a sua definição que é de fundamental importância para o assunto da dissolução parcial. Elas podem ser divididas entre as sociedades anônimas abertas e fechadas. Chama-se de sociedade anônima de capital aberto quando os valores mobiliários de sua emissão forem admitidos para negociação em mercado de valor mobiliário, os chamados mercados organizados, e chama-se de fechada quando os valores mobiliários não forem admitidos para negociação no mercado.¹⁶

Essa distinção surge pois existiam companhias que não negociavam os seus valores mobiliários nos mercados organizados. Nas palavras de LAMY FILHO e BULHÕES PEDREIRA:

“A distinção tem origem no fato de que, embora o modelo de companhia tenha sido inventado como instrumento para captar poupanças no mercado, difundiu-se, em todas as economias de livre empresa, a utilização do tipo de companhia sem valores negociados nos mercados de capitais, e, a partir do século XX, foi reconhecida pelas leis sobre companhias após a intervenção do Estado nos mercados de capitais para regular a distribuição de títulos mediante oferta pública e circulação de valores mobiliários.”

Antes da promulgação da Lei 6.404/76, a Lei das S.A's, para uma sociedade anônima ter o status de aberta, haveria de cumprir certas condições objetivas estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional, conforme estipulado no Art. 59 da antiga Lei do Mercado de Capitais, a saber:

“Art. 59. Caberá ao Conselho Monetário Nacional fixar periodicamente as condições em que, para efeitos legais, a sociedade anônima é considerada de capital aberto.”

¹⁶ Art. 4o Para os efeitos desta Lei, a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.

De maneira diversa o assunto é tratado na atual Lei das S.A., dispensando qualquer tipo de necessidade de preenchimento de condições previamente estipuladas. Agora, o fator determinante é a negociação dos valores mobiliários de sua emissão no mercado de valores mobiliários, conforme dispões Art. 4º da Lei:

“Art. 4º Para os efeitos desta Lei, a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.”

A única formalidade exigida é o registro da companhia junto à Comissão de Valores Mobiliários, pois é este registro que possibilita com que os valores mobiliários sejam negociados nos mercados. Além disso, o mero registro já é o suficiente para a companhia ser considerada aberta, afirmando José Edwaldo Tavares Borba que “o simples registro, só por si, transforma a companhia de fechada em aberta.”¹⁷

Outro ponto de grande relevância é caracterizarmos o contrato constitutivo das sociedades anônimas. O direito brasileiro adotou a doutrina do contrato plurilateral, ou seja, que a constituição da sociedade anônima é um contrato dotado de duas ou mais partes, em que existe uma contraposição das vontades, rejeitando parte da doutrina que o entendia como um contrato bilateral. Portanto, o contrato plurilateral não deve ser entendido como um contrato em que existe um polo ativo e passivo – como nos contratos bilaterais, e sim uma pluralidade de partes, além de que o contrato plurilateral está sempre aberto para novas adesões.

¹⁷ BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito Societário. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2017. p.174.

Rejeita-se também a doutrina anticontratualista, que nega conferir ao instrumento de constituição das companhias a natureza jurídica de contrato. Para os anticontratualistas, não existiria uma diversidade de vontades (tanto bilateral quanto plurilateral) na sociedade, e sim um resultado comum decorrente da reunião dos esforços.

Para LAMY FILHO e BULHÕES PEDREIRA:

“As primeiras objeções à natureza contratual da companhia basearam-se, por isso, na análise de seus atos constitutivos: no fim do século XIX alguns autores alemães (como Lehmann e Kuntze) classificaram a constituição da companhia como “ato complexo” ou “coletivo” – conceito (formando no direito público) que representa um conjunto de declarações de vontades originárias de sujeitos que têm o mesmo interesse; são “paralelas”, e não se encontram, nem se combinam, como no contrato. E Gierke sustentou que a constituição de sociedade é ato unilateral coletivo de natureza especial – de “fundação” em razão do efeito de dar origem a novo sujeito de direito.”¹⁸

E ainda, conceituando o então contrato plurilateral:

“(…) a doutrina construiu o conceito de “contrato plurilateral” formado – por oposição aos contratos bilaterais de prestação – em função do número das partes contratantes. O Código Civil italiano de 1942 definiu – no artigo 1.420 – como plurilaterais “os contratos com mais de duas partes, nos quais as prestações de cada uma são dirigidas para a consecução de um fim comum”, e estabelecendo para ele (nesse artigo e nos artigos 1.459 e 1.466) normas especiais sobre nulidade, anulabilidade e impossibilidade de prestação das partes.

Embora a categoria seja denominada em função de número das partes, alguns autores sustentam que a redução das partes a duas, e mesmo a constituição originária com duas partes não desclassifica o contrato como plurilateral, enquanto existir o segundo elemento característico – o fim comum; e Ascarelli propôs que o contrato plurilateral se caracterizaria pela possibilidade de pluralidade das partes”¹⁹

Para ASCARELLI:

¹⁸ LAMY FILHO, Alfredo; BULHÕES PEDREIRA, José Luiz. *Direito das Companhias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 61.

¹⁹ LAMY FILHO, Alfredo; BULHÕES PEDREIRA, José Luiz. *Direito das Companhias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 62.

“Além dos contratos bilaterais, como o contrato de compra e venda e permuta, caracterizados pela contraposição de dois polos, ou seja, pela existência de duas partes que apresentam interesses distintos e divergentes, existem os contratos plurilaterais como o contrato de sociedade, em que não há qualquer limitação quanto ao número de partes, na medida em que o interesse individual de cada contratante é convergente à realização de uma mesma finalidade”²⁰

Ainda, sobre o contrato plurilateral, CARVALHOSA:

“(...) cabe destacar que, sempre, desde os primórdios da moderna companhia, no início do século XIX, tais contratos constitutivos tinham todas as características do contrato plurilateral.

Apenas faltava a teorização dessa subespécie de contrato. Nunca se cogitou, com efeito, que o negócio jurídico da constituição da sociedade anônima tivesse natureza de um contrato bilateral ou unilateral.

Simplesmente se procurava outras explicações superativas dessa incompatibilidade, tais como a teoria do ato unilateral e do ato corporativo.

Não é, portanto, a teoria do grande Mestre um deslinde da natureza jurídica da constituição da companhia. Apenas dá ao negócio jurídico, no caso, uma sofisticada sustentação teórica, no seu aspecto formal.

A prática contratual, portanto, desde os tempos do contratualismo clássico, sempre utilizou essa forma plurilateral de constituir a companhia.

Nesse particular, portanto, não houve um evolução interna das técnicas próprias do contratualismo que acabou por se manter, tendo, no entanto, uma evolução teórica profícua sobre esse subtipo de contrato, a partir de Ascarelli, nos anos 40 do século passado, na esteira dos estudos doutrinários sobre a matéria do contrato plurilateral de largo uso, produzidos desde o início do século XX, minuciosamente remidos pelo autor, em que se destaca Brunetti.

As definições teóricas ascarellianas começam com a concepção de um acordo de vontades visando a consecução de um fim comum e que se desdobra em diversos atos contratuais sucessivos que vão desde aquele da constituição – considerado um pré-contrato por Carvalho de Mendonça – até o contrato societário propriamente dito, que se consuma pela matrícula dos atos constitutivos no Registro do Comércio.”²¹

A classificação quanto à constituição da sociedade anônima é de grande relevância na discussão da dissolução parcial, uma vez que a natureza pluricontratual do instrumento de constituição é interpretada como um permissivo à dissolução parcial, pois se o contrato existe graças à uma pluralidade de contratantes, eles poderiam se retirar livremente, que ainda assim

²⁰ ASCARELLI, Túlio. Problemas das Sociedades Anônimas e Direito Comparado. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1969. p. 255.

²¹ CARVALHOSA, Modesto; KUYVEN, Fernando (Coord.). Tratado de Direito Empresarial. Sociedades Anônimas. vol. III. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2016. p. 94.

o contrato como um todo continuaria a existir. Isso decorre do entendimento de que o vício de alguma das partes não invalida o contrato por inteiro.

De maneira diversa, no entanto, caso adotássemos a teoria anticontratalista, seria inimaginável a hipótese da dissolução parcial, uma vez que no ato unilateral não existiram as partes em si. Conforme CARVALHOSA:

“No ato unilateral de constituição da sociedade, formado por diversas adesões, não existem partes, mas apenas manifestações de uma ou várias pessoas que declaram constituída uma companhia. Se uma dessas pessoas não pode fazer essa declaração, o ato unilateral será nulo, na medida em que o vício de consentimento de um dos aderentes atinge o próprio nato.”²²

Dessa forma, a classificação das companhias tanto como abertas ou fechadas, além da natureza pluricontratual de seu instrumento constitutivo nos auxiliam no entendimento da hipótese da dissolução parcial.

3. A evolução histórica da dissolução, tanto total, quanto parcial das sociedades

A matéria da dissolução, tratada aqui de forma ampla, foi primeiramente regulamentada pelo Código Comercial de 1850, que em seus Artigos 335 e 336 previa as possibilidades de dissolução das sociedades comerciais nos seguintes casos:

“Art. 335 - As sociedades reputam-se dissolvidas:

1 - Expirando o prazo ajustado da sua duração.

2 - Por quebra da sociedade, ou de qualquer dos sócios.

3 - Por mútuo consenso de todos os sócios.

4 - Pela morte de um dos sócios, salvo convenção em contrário a respeito dos que sobreviverem.

5 - Por vontade de um dos sócios, sendo a sociedade celebrada por tempo indeterminado.

²² CARVALHOSA, Modesto; KUYVEN, Fernando (Coord.). Tratado de Direito Empresarial. Sociedades Anônimas. vol. III. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2016. p. 90.

Em todos os casos deve continuar a sociedade, somente para se ultimarem as negociações pendentes, procedendo-se à liquidação das ultimadas.

Art. 336 - As mesmas sociedades podem ser dissolvidas judicialmente, antes do período marcado no contrato, a requerimento de qualquer dos sócios:

- 1 - mostrando-se que é impossível a continuação da sociedade por não poder preencher o intuito e fim social, como nos casos de perda inteira do capital social, ou deste não ser suficiente;
- 2 - por inabilidade de alguns dos sócios, ou incapacidade moral ou civil, julgada por sentença;
- 3 - por abuso, prevaricação, violação ou falta de cumprimento das obrigações sociais, ou fuga de algum dos sócios.”

Quanto às sociedades anônimas, o Código Comercial de 1850 era mais restritivo, trazendo apenas três possibilidades: o término do prazo de duração, a quebra, e por último, a impossibilidade de preencher o intuito e o fim social. Esse rol era taxativo e previsto no Art. 295, conforme abaixo transcrito:

“Art. 295 - As companhias ou sociedades anônimas, designadas pelo objeto ou empresa a que se destinam, sem firma social, e administradas por mandatários revogáveis, sócios ou não sócios, só podem estabelecer-se por tempo determinado, e com autorização do Governo, dependente da aprovação do Corpo Legislativo quando hajam de gozar de algum privilégio: e devem provar-se por escritura pública, ou pelos seus estatutos, e pelo ato do Poder que as houver autorizado.

As companhias só podem ser dissolvidas:

1. Expirando o prazo da sua duração;
2. Por quebra; e
3. Mostrando-se que a companhia não pode preencher o intuito e fim social.”

Nesse sentido, PENALVA SANTOS e PENALVA SANTOS:

“O Código Comercial de 1850 foi o primeiro diploma legal a tratar da dissolução da sociedade. Quanto às companhias ou sociedades anônimas, o código limitava-se ao arrolamento de três causas de dissolução: término do prazo de duração, quebra e impossibilidade de preencher o intuito e fim social. A retirada do sócio por ato unilateral, sob denominação de despedida, também foi admitida no Código Comercial Brasileiro de 1850, embora apenas em caso de desligamento por justa causa – isso porque a exclusão do sócio nestes moldes importaria na quebra da *affectio societatis*, impossibilitando o prosseguimento da atividade comercial comum (COMPARATO, 1990. p. 240).

No que diz respeito às demais sociedades comerciais, conforme os arts. 335 e 336 do referido Código, a dissolução da sociedade compreendeu elementos

além dos anteriormente citados, como mútuo consenso, falecimento de um dos sócios e incapacidade moral ou civil de algum deles.”²³

Já no início do século XX, o Código Civil de 1916 não inovou ao trazer as hipóteses de dissolução das sociedades:

“Art. 1.399. Dissolve-se a sociedade:

- I. Pelo implemento da condição, a que foi subordinada a sua durabilidade, ou pelo vencimento do prazo estabelecido no contrato.
- II. Pela extinção do capital social, ou seu desfalque em quantidade tamanha que impossibilite de continuar a sociedade.
- III. Pela consecução do fim social, ou pela verificação de sua inexequibilidade.
- IV. Pela falência, incapacidade, ou morte de um dos sócios.
- V. Pela renúncia de qualquer deles, se a sociedade for de prazo indeterminado (art. 1.404).

Parágrafo único. Os ns: II, IV e V não se aplicam às sociedades de fins não econômicos.”

O Decreto nº 3.708 de 10 de janeiro de 1919, que regulou a constituição de sociedades por quotas de responsabilidade limitada, foi silente sobre o assunto da dissolução parcial, no entanto, inovou ao trazer a possibilidade do direito de recesso, no caso de discordância de alteração do contrato social, conforme Art. 15:

“Art. 15. Assiste aos socios que divergirem da alteração do contracto social a faculdade de se retirarem da sociedade, obtendo o reembolso da quantia correpondente ao seu capital, na proporção do ultimo balanço aprovado. Ficam, porém, obrigados às prestações correspondentes às quotas respectivas, na parte em que essas prestações forem necessarias para pagamento das obrigações contrahidas, até á data do registro definitivo da modificação do estatuto social.(mantida a redação original)”

²³ PENALVA SANTOS, Paulo; PENALVA SANTOS, Guilherme. Inaplicabilidade dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da liberdade de associação para fundamentar a dissolução de sociedades. In: VENÂNCIO FILHO, Alberto; LOBO, Carlos Augusto da Silveira; ROSMAN, Luiz Alberto Colonna. Lei das S.A. em seus 40 anos. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 567.

Foi a partir da interpretação extensiva do Art. 15 do Decreto 3.708/19 que os tribunais à época começaram a aplicar o referido artigo para justificar o deferimento dos pedidos de dissolução parcial das sociedades, uma vez que ainda não existia nenhuma autorização legal.

Finalmente, o atual Código Civil é o primeiro a tratar da matéria da dissolução parcial, que conforme acima dito, tratou do instituto com a nomenclatura de resolução da sociedade em relação a um sócio, trazendo o seguinte dispositivo:

“Art. 1.029. Além dos casos previstos na lei ou no contrato, qualquer sócio pode retirar-se da sociedade; se de prazo indeterminado, mediante notificação aos demais sócios, com antecedência mínima de sessenta dias; se de prazo determinado, provando judicialmente justa causa.”

Ainda, entende parte da doutrina existir essa permissão legal também na Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, a Lei das S.A., ao prever a possibilidade de dissolução judicial proposta por parcela de acionistas em sociedade que não pode preencher seu fim, na forma do Art. 206, II, "b", abaixo transcrito:

“Art. 206. Dissolve-se a companhia:

(...)

II - por decisão judicial:

(...)

b) quando provado que não pode preencher o seu fim, em ação proposta por acionistas que representem 5% (cinco por cento) ou mais do capital social;”

Nesse sentido, conforme Ministro Marco Aurélio Bellizze:

“Com efeito, a dissolução parcial das empresas surgiu no Brasil inicialmente pela via jurisprudencial e doutrinária, construída a partir da necessidade de se conciliar a subsistência das empresas com a livre iniciativa privada e ampla liberdade de associação. Ressalta-se que antes da vigência do atual Código Civil, a vontade de deixar o quadro societário manifestada por um dos sócios

era fundamento para a dissolução total da empresa, nos termos do art. 335, 5, do Código Comercial. Posteriormente, diante do crescente poder decisório da maioria, passou-se a contemplar, pela via legislativa, o direito de recesso do sócio dissidente como forma de proteção da minoria, nos termos do Decreto n. 3.708/1919 e das Leis de Sociedades Anônimas (Decreto-Lei n. 2.627/1940 e Lei n. 6.404/1976).”²⁴

Portanto, a dissolução das sociedades foi evoluindo com o tempo na legislação brasileira, tendo surgido primeiramente com as sociedades comerciais, e hoje em dia já é aplicada a praticamente todas as formas societárias.

4. A Dissolução Parcial na Sociedade Limitada

Primeiramente, antes da análise do caso das sociedades anônimas, será feita uma breve exposição da dissolução parcial das sociedades limitadas, uma vez que esse instituto tem por base justamente a semelhança entre às sociedades anônimas de capital fechado com as sociedades limitadas.

No período de vigência do Decreto nº 3.708 de 1919, que regulava as sociedades por quota de responsabilidade limitada, o pedido da dissolução parcial havia de ser requerido usando como fundamentação o Código Comercial, este prevendo a dissolução nos casos de não ser possível o preenchimento o intuito e fim social. Com a promulgação do Código Civil de 2002, o assunto passou a ser regulado pelo Art. 1.029²⁵.

²⁴ STJ - REsp: 1602240 MG 2016/0123465-4, Relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze, Data de Publicação: DJ 18/11/2016.

²⁵ Art. 1.029. Além dos casos previstos na lei ou no contrato, qualquer sócio pode retirar-se da sociedade; se de prazo indeterminado, mediante notificação aos demais sócios, com antecedência mínima de sessenta dias; se de prazo determinado, provando judicialmente justa causa.

Parágrafo único. Nos trinta dias subsequentes à notificação, podem os demais sócios optar pela dissolução da sociedade.

A dissolução parcial nas sociedades empresárias limitadas é fundamentada na quebra do *affectio societatis* existente, ou seja, no elemento que liga o sócio aos demais sócios e à sociedade, configurando sua vontade e esforço contínuos em prol do resultado comum perseguido pela sociedade, com vistas a compartilhar as perdas e os lucros decorrentes da atividade²⁶. Segundo a jurisprudência do STJ:

“Em contrato preliminar destinado a ingresso em quadro de sociedade limitada, a discussão passa pela *affectio societatis*, que constitui elemento subjetivo característico e impulsionador da sociedade, relacionado à convergência de interesses de seus sócios para alcançar o objeto definido no contrato social. A ausência desse requisito pode tornar inexecutável o fim social. Inteligência dos arts. 1.399, inciso III do Código Civil de 1916 ou 1.034, inciso II, do Código Civil de 2002, conforme o caso.”²⁷

Portanto, ao ter o vínculo da *affectio societatis* quebrado, surge a perspectiva da dissolução parcial, de forma que atenda o interesse do sócio de retirada da sociedade e ao mesmo tempo cumpra com o princípio da preservação da sociedade.

A *affectio societatis* também pode ser apresentada como um contraponto à função social da empresa, uma vez que a primeira atende somente aos interesses individuais dos sócios no âmbito privado da sociedade constituída por eles, enquanto que a segunda diz respeito ao coletivo da sociedade, que nenhuma relação com a sociedade contratual possui. Neste sentido, LEITE JÚNIOR:

“O princípio da *affectio societatis* corresponde à perspectiva individual do sócio. A função social da empresa representa o oposto: o interesse da maioria, da coletividade, da esfera jurídica de terceiros afetados pelo que não é *lei entre as partes*. O conflito desses dois princípios resultou na dissolução parcial de

²⁶ ZANGALI, Haissa Vivi; KAGUEJAMA, Paula Thieme. “A consistência na Utilização da *Affectio Societatis* nos Julgados Referentes à Dissolução Parcial e à Exclusão de Sócio das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial (TJSP)”, in Revista de Direito Mercantil 163, 2002. São Paulo. Editora Malheiros. p. 207

²⁷ STJ. Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 1.192.726-SC 2010/0083659-8, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, j. 23.06.2015, DJe 07.08.2015.

sociedades, criação pretoriana em que os interesses coletivos e individuais foram harmonizados, numa solução em que o sócio recebeu o que lhe caberia numa dissolução total, sem prejudicar a continuidade do funcionamento da empresa.”²⁸

Discute-se também a aplicação subsidiária das normas das sociedades simples às sociedades limitadas, uma vez que o Art. 1.053²⁹ do CC/02 dita que as omissões do Capítulo IV do Código Civil, ou seja, o capítulo das sociedades limitadas, serão supridas pelas normas da sociedade simples. Portanto, isso nos leva ao entendimento que os dispositivos do Art. 1.029 a 1.032, referentes à resolução da sociedade em relação a um sócio nas sociedades simples são perfeitamente aplicáveis às sociedades limitadas.

Para ASSUMPÇÃO e TURANO³⁰, a aplicação subsidiária das normas voltadas à disciplina das sociedades simples tem caráter impositivo, de modo que se sobrepõe a eventuais convenções entre sócios.

Ainda, às sociedades limitadas pode-se também ter a aplicação supletiva da Lei das Sociedades Anônimas, conforme entendimento do Art. 1.053, Parágrafo Único³¹ do CC/02. Importante destacar brevemente as diferenças da regência supletiva da Lei das S.A., que permitem a aplicação da Lei apenas nos casos de omissões nos contratos das sociedades, frente à regência subsidiária, que é utilizada quando a lei não prevê a situação específica e permite, nesse caso, o emprego dos dispositivos das sociedades simples.

²⁸ LEITE JÚNIOR, Carlos Antônio Goulart. *Affectio societatis: na sociedade civil e na sociedade simples*. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 317.

²⁹ “Art. 1.053. A sociedade limitada rege-se, nas omissões deste Capítulo, pelas normas da sociedade simples.”

³⁰ ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção; TURANO, Allan Nascimento. *Resolução da sociedade limitada em relação a um sócio e a ação de dissolução parcial*. 1. Ed. Curitiba: Juruá Editora, 2016.p. 50.

³¹ “Parágrafo único. O contrato social poderá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima.”

5. *A affectio societatis, intuitu personae e intuitu pecunae*

Os conceitos da *affectio societatis*, do *intuitu personae* e do *intuitu pecunae* são pedras angulares na discussão da dissolução parcial.

Conforme o visto no item anterior, a *affectio societatis* é princípio fundamental das sociedades limitadas, significando que deve existir uma intenção comum dentre os sócios, e que o fim dessa intenção acarretaria a cessação do contrato que originou a sociedade.³²

O *intuitu personae* prevalece nas sociedades de pessoas, uma vez que a razão de ser da própria sociedade é o relacionamento dos sócios, sendo fundamental que exista confiança entre eles. Para NOLASCO, “as sociedades limitadas são edificadas sobre bases de sólida confiança e recíproco conhecimento dos sócios, razão pela qual é correto dizer que são *intuitu personae*.”³³ No entanto, a prevalência do *intuitu personae* tende a ser mitigada nas sociedades de capitais e dar lugar ao chamado *intuitu pecunae*, ou seja, o que importa é a aglutinação de capitais para um determinado empreendimento.³⁴ Importante notar que um aspecto não exclui o outro, porém, numa situação há a prevalência do aspecto do relacionamento social, enquanto que em outra situação, a prevalência do aspecto econômico.

³² NOLASCO, Alexandre Linares. Aspectos Práticos da Dissolução Parcial de Sociedade Limitada segundo a Jurisprudência do STJ. In: NETO, Cesar Ciampolini; JUNIOR, Walfrido Jorge Warde (Coord.). O direito de Empresa nos Tribunais Brasileiros. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 84.

³³ NOLASCO, Alexandre Linares. Aspectos Práticos da Dissolução Parcial de Sociedade Limitada segundo a Jurisprudência do STJ. In: NETO, Cesar Ciampolini; JUNIOR, Walfrido Jorge Warde (Coord.). O direito de Empresa nos Tribunais Brasileiros. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 83

³⁴ BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito Societário. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2017. p. 79.

Assim, é importante notar que tanto o *intuitu personae* quanto o *intuitu pecuniae* podem estar presentes concomitantemente nas sociedades, porém, com papéis de relevância diferentes. Neste sentido, RIBEIRO:

“Nas chamadas sociedades de pessoas também há uma contribuição pecuniária ou em algo equivalente, pois todo sócio deve contribuir para o capital social. E qualquer sociedade de capitais é constituída por, no mínimo, uma pessoa, não sendo associação de capitais, mas de sócios capitalistas. Em suma, não há sociedade sem pessoa e capital. Por isto, a inclusão da sociedade em uma ou outra espécie leva em conta o predomínio da importância da figura do sócio ou de sua contribuição na formação do capital.”³⁵

Como se pode perceber, a prevalência do *intuitu personae* ou do *intuitu pecuniae* é um divisor de águas na classificação da natureza jurídica adotada pelas sociedades. Para BORBA, ao distinguir as sociedades de pessoa para de capital, ensina que:

“A sociedade anônima é uma sociedade de capitais, uma vez que não serão admitidas normas estatutárias que impeçam a negociação das ações. A sociedade limitada não se encontra sujeita a uma norma rígida, podendo o respectivo contrato convencionar ou não a intransferibilidade das cotas. No primeiro caso (intransferibilidade das cotas), ter-se-ia uma sociedade de pessoas, e no segundo (transferibilidade das cotas), uma sociedade de capitais.”³⁶

Um dos pontos de maiores discussões jurisprudenciais ao serem julgadas as ações de dissolução parcial das sociedades anônimas é o reconhecimento ou não da prevalência do *intuitus personae* nas companhias, uma vez que sua existência cumpre o papel de justamente tornar irrelevante as características pessoais dos acionistas e privilegiar o aporte de capital, não tendo o legislador criado exceções ou diferenças nesse aspecto entre as sociedades anônimas de capital fechado e aberto.

³⁵ RIBEIRO, Renato Ventura. Exclusão de sócios nas Sociedades Anônimas. São Paulo. Quartier Latin, 2005. p.40.

³⁶ BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito Societário. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2017. p. 80.

No entanto, a doutrina vem reconhecendo a existência da prevalência do *intuitus personae* nos casos de sociedades de pequeno porte e, principalmente, nos casos de sociedades familiares. RIBEIRO entende que existem alguns elementos caracterizadores das companhias personalistas, como a limitação à circulação de ações, exigência de prestações acessórias, restrição ao recrutamento de membros em razão do objeto social, exigência qualitativa dos sócios, envolvimento maior dos sócios da administração, voto privilegiado, dentre outras regras que preveem a contribuição pessoal do sócio ³⁷. Argumenta-se também que no caso de uma sociedade anônima que surge de uma transformação de uma sociedade limitada, a relação entre os acionistas continua sendo marcada pelos traços da confiança, assim como era marcado quando eram sócios-cotistas³⁸.

De maneira contrária, NUNES não vê possibilidade de a mera vontade dos sócios ao constituírem a sociedade ser suficiente para afastar a predominância do *intuitu pecuniae* das companhias. Nesse sentido:

“(...) é extremamente difícil reconhecer o caráter *intuitu personae* ou o elemento titulado como *affectio societatis* em sociedades anônimas, ainda que se apresentem como de capital fechado ou reflitam uma estrutura meramente familiar, pois a natureza capitalista que lhes marca é de índole legal e cogente, sendo, portanto, inafastável pela simples vontade dos contratantes.”³⁹

Portanto, não existe nenhum tipo de vedação às companhias para que possuam aspectos de sociedades de pessoas, e nem mesmo esse fato tem poder de alterar a natureza jurídica da sociedade. O que se discute nos tribunais é se a

³⁷ RIBEIRO, Renato Ventura. A Lei das Sociedades por Ações e as Companhias *Intuitus Personae*. In: CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de; ARAGÃO, Leandro Santos de (Coord.). Sociedade Anônima – 30 anos da Lei 6.404/76. São Paulo: Quartier Latin, 2007. p. 198

³⁸ Contudo, o entendimento no sentido contrário é completamente viável, ou seja, uma sociedade limitada que se transforma em sociedade anônima exatamente porque entre seus sócios deixou de prevalecer o *intuitu personae*.

³⁹ NUNES, Márcio Tadeu Guimarães. Dissolução parcial de sociedades. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p. 37

prevalência do *intuitu personae* numa companhia poderia, então, ensejar a dissolução parcial da mesma.

6. A Dissolução Parcial na Sociedade Anônima

A análise da dissolução parcial nos remete a grande questão que é a possibilidade ou não das sociedades anônimas serem dissolvidas apenas parcialmente. As sociedades anônimas, sociedades essas em que a *affectio societatis* não é a razão da associação, não possuem regulamentação na Lei das S.A. para o procedimento de dissolução parcial. A Lei das S.A. apresenta expressamente apenas as possibilidades de dissolução dita total na forma judicial em seu Art 206, II.⁴⁰

No entendimento de PENALVA SANTOS:

“(...) a dissolução parcial da companhia só seria possível na hipótese em que um acionista exercesse direito de pedir a dissolução total e o juiz, com o fim de preservar a companhia e a empresa, concedesse apenas a dissolução parcial; e as únicas hipóteses em que a lei prevê a dissolução da companhia, constantes no item II do artigo 206 LSA, são : (a) quando anulada a sua constituição, em ação proposta por qualquer acionista; (b) quando provado que não pode preencher seu fim, em ação proposta por acionistas que representem 5% (cinco por cento) ou mais do capital social; (c) em caso de falência, na forma prevista na respectiva lei.”⁴¹

De outro lado, existe também o entendimento de que grande parte das sociedades anônimas de capital fechado que são constituídas acabam por se assemelhar em muitos aspectos às sociedades limitadas, e que então, por esse motivo, seria cabível a dissolução parcial. Neste sentido, Ministro. Castro Filho:

⁴⁰ No Capítulo 8 abordaremos de forma mais aprofundada as incompatibilidades da dissolução parcial com a sociedades anônimas, dentro delas, a própria incongruência do texto da LSA com o instituto da dissolução parcial.

⁴¹ PENALVA SANTOS, Paulo. Título IX: Dissolução, Liquidação e Extinção. In: LAMY FILHO, Alfredo; PEDREIRA, José Luiz Bulhões. Direto das Companhias. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 1334.

“É inquestionável que as sociedades anônimas são sociedades de capital (*intuito pecuniae*), próprio às grandes empresas, em que a pessoa dos sócios não têm papel preponderante. Contudo, a realidade da economia brasileira revela a existência, em sua grande maioria, de sociedades anônimas de médio e pequeno porte, em regra, de capital fechado, que concentram na pessoa de seus sócios um de seus elementos preponderantes, como sói acontecer com as sociedades ditas familiares, cujas ações circulam entre os seus membros, e que são, por isso, constituídas *intuito personae*. Nelas, o fator dominante em sua formação é a afinidade e identificação pessoal entre os acionistas, marcadas pela confiança mútua. Em tais circunstâncias, muitas vezes, o que se tem, na prática, é uma sociedade limitada travestida de sociedade anônima, sendo, por conseguinte, equivocado querer generalizar as sociedades anônimas em um único grupo, com características rígidas e bem definidas.”⁴²

O NCPC de 2015 inovou ao trazer às sociedades anônimas de capital fechado a possibilidade de dissolução parcial, desde que atendendo a alguns requisitos, conforme trecho destacado abaixo:

“Art. 599 § 2º A ação de dissolução parcial de sociedade pode ter também por objeto a sociedade anônima de capital fechado quando demonstrado, por acionista ou acionistas que representem cinco por cento ou mais do capital social, que não pode preencher o seu fim.”

A redação do artigo do NCPC foi ao encontro do entendimento jurisprudencial que interpretava o Art. 206, II, alínea b da LSA, ao prever como um dos requisitos para o provimento da ação de dissolução parcial a necessidade de comprovação de que a sociedade não pode preencher seu fim.

O entendimento recente da jurisprudência do STJ também caminha nesse sentido, e vem autorizando a retirada de acionistas nas sociedades anônimas de capital fechado, sobretudo nas de pequeno e de médio portes, familiares ou marcadas por relações pessoais e subjetivas. Nas palavras do Ministro Moura Ribeiro, no âmbito do julgamento do Recurso Especial nº 1.321.263 – PR:

⁴² STJ, Embargos de Divergência em Recurso Especial 111.294/PR, 2ª Seção. Rel. Min. Castro Filho. DJ 10.09.2007.

“No que se refere à possibilidade de dissolução parcial da sociedade anônima, verifica-se que o acórdão tem fundamento na jurisprudência desta Corte, com o entendimento de que é possível a dissolução parcial da sociedade anônima por quebra da *affectio societates*, quando o fator dominante em sua formação é a afinidade e identificação pessoal entre os acionistas, marcadas pela confiança mútua diante da inexistência de lucros e distribuição de dividendos há vários anos.”⁴³

A sociedade anônima de capital fechado familiar, frequentemente citada na jurisprudência como exemplo de companhia que pode ser alvo da dissolução parcial, é aquela em que os sócios em que a constituem são ligados pelos laços familiares. RIBEIRO vai além, ao considerar que “o conceito de sociedade familiar deve ser buscado no controle, e não na figura dos sócios, considerando-se familiar a sociedade controlada exclusivamente ou em sua maioria por pessoas (ou sociedade controladas por pessoas) vinculadas por laços familiares”⁴⁴.

Ainda, sobre a aplicação do NCPC, entende FLICHMAN⁴⁵ que o requisito previsto no Art. 599 § 2º, ou seja, do não preenchimento do seu fim, é incabível. Isso se dá, pois, uma vez que se a sociedade não puder alcançar seu fim, ela deverá ser dissolvida totalmente, e não parcialmente, baseando-se na redação do mesmo Art. 206, II, alínea b.

Busca-se também legitimar os pedidos de dissolução parcial das sociedades anônimas no texto constitucional, principalmente no princípio da liberdade associativa, previsto no Art. 5º, XX⁴⁶ da CRFB/88. Sustenta-se que

⁴³ STJ. Recurso Especial nº. 1.321.263/PR, Relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 6.12.2016, DJe 15.12.2016.

⁴⁴ RIBEIRO, Renato Ventura. A Lei das Sociedades por Ações e as Companhias Intuitus Personae. In: CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de; ARAGÃO, Leandro Santos de (Coord.). Sociedade Anônima – 30 anos da Lei 6.404/76. São Paulo: Quartier Latin, 2007. p. 212.

⁴⁵ FLEICHMAN, Julio Wehrs. Apontamentos sobre a ação de dissolução parcial de sociedade no novo Código de Processo Civil, in: HANSZMANN, Felipe (coord.) Atualidades em Direito Societário e Mercado de Capitais. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2016. p. 231

⁴⁶ Art. 5º, XX: ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

não se pode obrigar que o acionista fique eternamente preso ou associado aos demais acionistas.

Nesse sentido, PENALVA SANTOS e PENALVA SANTOS:

“Como argumento de reforço, alguns julgados passaram a fundamentar a dissolução parcial também em princípios constitucionais. A liberdade de associação, prevista no Art. 5º, XX, da Constituição da República foi utilizada como fundamento para permitir a retirada imotivada de sócio. Surpreendentemente, há também acórdãos que fundamentam o direito de retirada imotivada no princípio da dignidade da pessoa humana, pois os sócios devem ter garantida a sua plenitude de ser, pensar e fazer escolhas, sob pena de violação da sua autonomia da vontade e liberdade existencial. Assim, a dissolução parcial passou a ser fundamentada também em princípios constitucionais, sobretudo na liberdade de associação, e mediante a mera alegação de que não mais existiriam os motivos para que determinado sócio continuasse a integrar a sociedade (quebra da *affectio societatis*).”⁴⁷

Indo ainda mais longe, entendeu a Décima Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, no âmbito de uma dissolução parcial de sociedade limitada, que até mesmo o princípio da dignidade humana seria aplicável. Nas palavras da Desembargadora Relatora Marcia Ferreira Alvarenga:

“Compelir o apelado a continuar integrando o quadro societário, impossibilitando a sua retirada deste quadro societário da pessoa jurídica em questão, afronta o princípio da dignidade da pessoa humana na sua concepção mais singela, não podendo ser colocado à disposição dos réus.”⁴⁸

No entanto, não é o melhor entendimento compreender ser possível pautar os pedidos de dissolução parcial das sociedades anônimas nos princípios constitucionais da livre associação e da dignidade da pessoa humana, até porque,

⁴⁷ PENALVA SANTOS, Paulo; PENALVA SANTOS, Guilherme. Inaplicabilidade dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da liberdade de associação para fundamentar a dissolução de sociedades. In: VENÂNCIO FILHO, Alberto; LOBO, Carlos Augusto da Silveira; ROSMAN, Luiz Alberto Colonna. Lei das S.A. em seus 40 anos. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 568.

⁴⁸ TJRJ. 17ª Câmara Cível. Relatora Desembargadora Marcia Ferreira Alvarenga. Apelação Cível nº 0257202-26.2012.8.19.0001. Acórdão publicado em 04.02.2015.

caso fosse assim possível, basicamente qualquer relação contratual poderia ser desfeita com base nesses princípios.

Além disso, o objetivo do legislador ao prever a liberdade associativa no Art. 5º, XX não dizia respeito às sociedades, que em última análise, possuem finalidade econômica, enquanto que as associações, por força do Código Civil⁴⁹, obrigatoriamente possuem fins não-econômicos. A reunião em forma de associação explorada na Constituição Federal abrange o sentido político, e não o econômico.

Sobre a inaplicabilidade dos princípios constitucionais:

A dissolução de sociedade em nada se assemelha aos precedentes do STF e pretende aplicar o princípio da dignidade da pessoa humana a uma questão envolvendo um direito patrimonial disponível, subvertendo por completo este relevante valor constitucional. Assim, a aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana para permitir a dissolução parcial de uma sociedade é um equívoco. Ademais, seria possível o desfazimento de qualquer tipo de contrato com base no princípio da dignidade da pessoa humana, o que geraria um absurdo no ordenamento jurídico brasileiro.

(...) vê-se que associações são organizações que não possuem fins econômicos. Já as sociedades têm por seu objetivo o exercício da atividade econômica e por fim, a partilha entre os sócios dos seus resultados. Justamente por possuir características muito peculiares, o legislador disciplinou a sociedade em apartado no Código civil (art. 981 e seguintes) e em diversas leis especiais. Feita essa advertência inicia, não se pode concordar com o argumento constante de parte da jurisprudência de que o art. 5º, XX, da Constituição da República seria aplicável às sociedades. Isto porque tal norma se restringe às associações de pessoas para fins não econômicos, o que afastaria as sociedades em si.

(...) Ademais, o princípio insculpido no inc. XX do art. 5º da Constituição Federal tem cunho político, pois visa proteger os direitos individuais da ação indevida do Poder Público e, portanto, não constitui fundamento para permitir o direito de retirada. Por isso, não é coerente aplicar a relações privadas uma norma constitucional cujo escopo é de proteger os direitos fundamentais contra a intervenção do Poder Público.”⁵⁰

⁴⁹ Art. 53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.

⁵⁰ PENALVA SANTOS, Paulo; PENALVA SANTOS, Guilherme. Inaplicabilidade dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da liberdade de associação para fundamentar a dissolução de sociedades. In: VENÂNCIO FILHO, Alberto; LOBO, Carlos Augusto da Silveira;

Dessa forma, pode-se observar que a dissolução parcial das sociedades anônimas, desde que constituídas sobre a forma fechada e impossibilitadas de preencher o seu fim, passa a ser uma possibilidade aos acionistas.

7. Direito de Recesso

O direito de recesso, ou direito de retirada, são hipóteses previstas de forma expressa na Lei das Sociedades Anônimas em que os acionistas discordantes de determinadas deliberações tomadas em Assembleia Geral terão a opção de requerer sua retirada da companhia, tendo direito ao pagamento do reembolso devido pelo valor de suas ações. Essas hipóteses são taxativas e constituem direito essencial do acionista, o que implica em dizer que o estatuto social não pode dispor de maneira contrária.

As companhias têm seus quóruns para deliberações estabelecidos em lei de forma a propiciar um funcionamento por concordância de, no mínimo, metade das ações. Isso demonstra a existência do princípio majoritário no funcionamento das companhias, o que invariavelmente torna muito difícil com que os acionistas minoritários tenham capacidade de aprovar seus projetos, ficando o comando da sociedade sob responsabilidade dos acionistas controladores.

Portanto, nada mais natural do que ocorrer discordâncias entre os acionistas minoritários e majoritários ao curso dos processos decisórios da companhia. Entendendo inevitável o dissenso entre os sócios, prevê a LSA mecanismos para que, em votação de determinadas matérias, caso o acionista

ROSMAN, Luiz Alberto Colonna. Lei das S.A. em seus 40 anos. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 572-577.

discorde do resultado, possa se retirar da companhia, recebendo o valor das suas ações.

EIZERIK destaca um ponto de grande importância no direito de recesso, que é a antecipação ao litígio, ou seja, tal mecanismo evita que a sociedade e até mesmo o acionista majoritário tenham prejuízos ainda maiores caso a discordância entre os acionistas tivesse de ser resolvida de forma litigiosa. Nesse sentido:

“Na sociedade anônima, o dissenso permite àquele que o manifeste retirar-se, mediante o recebimento do valor de suas ações. Assim, tal como ocorre no sistema político democrático, dá ensejo a que a discordância do insatisfeito com a decisão majoritária seja resolvida internamente, por meios pacíficos, sem necessidade de litígio. Embora tenha nascido como um instrumento de proteção aos acionistas minoritários, face à prevalência do princípio majoritário e do poder quase irrestrito do acionista controlador de formar a vontade social, o direito de recesso vem sendo considerado como mecanismo de proteção à maioria acionária e à sociedade, na medida em que constitui um expediente mediante o qual os conflitos entre os sócios podem ser canalizados e resolvidos no âmbito da própria companhia.”⁵¹

As hipóteses do direito de recesso são trazidas no Art. 137 da LSA, conforme observamos no caput do artigo:

“Art. 137. A aprovação das matérias previstas nos incisos I a VI e IX do art. 136 dá ao acionista dissidente o direito de retirar-se da companhia, mediante reembolso do valor das suas ações (art. 45), observadas as seguintes normas”

Por sua vez, as matérias previstas no Art. 136 são as seguintes:

“Art. 136. É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto, se maior quórum não for exigido pelo estatuto da companhia cujas ações não estejam admitidas à negociação em bolsa ou no mercado de balcão, para deliberação sobre:

I - criação de ações preferenciais ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais, salvo se já previstos ou autorizados pelo estatuto;

⁵¹ EIZIRIK, Nelson. A Lei das S/A comentada. Volume II. 2ª Edição revista e ampliada. Artigos 80 a 137. São Paulo. Quartier Latin, 2015. p. 506.

- II - alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida;
- III - redução do dividendo obrigatório;
- IV - fusão da companhia, ou sua incorporação em outra;
- V - participação em grupo de sociedades (art. 265);
- VI - mudança do objeto da companhia;
- (...)
- IX - cisão da companhia”

Em 2015, a Lei 13.129 promoveu a reforma na Lei da Arbitragem (Lei 9.307/1996), e acrescentou à LSA uma nova hipótese de recesso, que poderá ser exercido quando for acrescida ao estatuto social uma cláusula de convenção de arbitragem, ou seja, quando os sócios convencionarem que os litígios decorrentes do estatuto social serão resolvidos por intermédio da arbitragem, e não pela jurisdição estatal. Excepciona-se esta possibilidade de direito de recesso caso a inclusão da convenção de arbitragem seja uma exigência para a companhia acessar os segmentos de listagem em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, ou caso as ações sejam dotadas de liquidez e dispersão no mercado, conforme Art. 136-A, § 2º.

Ainda, existem outras hipóteses que estão esparsas ao longo da LSA, como: (a) transformação do tipo societário, prevista no Art. 221; (b) a não abertura do capital ao suceder uma sociedade anônima de capital aberto em processo de incorporação, fusão ou cisão, conforme Art. 223, § 4º; (c) aquisição de controle de companhia em funcionamento por pessoa jurídica de direito público, conforme Art. 236, parágrafo único; (d) a incorporação da integralidade das ações para conversão em subsidiária integral, conforme Art. 252, § 2º; e (e) a compra de sociedade mercantil em que o preço da aquisição ultrapasse uma vez e meia o determinado legalmente, conforme Art. 256, § 2º.

Importante ressaltar que a lei confere à companhia o prazo de dez dias após a publicação da ata da assembleia em que ocorreu a dissidência entre os

sócios para que uma nova assembleia seja convocada e os temas deliberados sejam reconsiderados, de modo a desfazer o desentendimento e reconsiderar a deliberação que ensejou o direito de recesso. Esse é um ponto que aponta para o direito de recesso como um instituto muito menos agressivo à companhia do que a dissolução parcial, uma vez que os acionistas remanescentes, tendo em vista que o pagamento do preço da ação ao acionista dissidente prejudicará a continuidade da própria sociedade, poderão rever a deliberação e decidir de forma diferente, de modo a satisfazer melhor o interesse da companhia e dos sócios.

Por mais que o direito de recesso possa se assemelhar com a dissolução parcial, na medida em que ambos são um mecanismo de retirada do sócio da companhia, importante notar também as grandes diferenças que os caracterizam. Nas palavras de CARVALHOSA:

“Não pode haver confusão entre o recesso e a dissolução parcial judicialmente decretada, pois o primeiro foi erigido para permitir a saída do sócio quando discordar de legítima deliberação da maioria, pressupondo sempre a intangibilidade da sociedade. (...) Mas o que fundamentalmente afirma a jurisprudência é que são diversas as formas de apuração de haveres dos sócios, conforme exerça o direito de retirada ou obtenha a dissolução parcial da sociedade. No primeiro caso, os haveres serão apurados de acordo com o estabelecido no contrato social ou na Lei Societária, quando se tratar de companhia (art. 45, 136 e 137). Isto porque a retirada não enseja a partilha, ainda que parcial do patrimônio da sociedade, que permanece. Já no caso de dissolução parcial decretada, os haveres do sócio são apurados tendo em conta o patrimônio real e atual da sociedade, mediante o respectivo laudo judicial.”⁵²

Logo, A LSA prevê sim possibilidades de retirada dos acionistas, no entanto, diferentemente do que se observa nos casos de dissolução parcial, o que deve fundamentar o direito de recesso do acionista é a discordância no processo decisório da sociedade.

⁵² CARVALHOSA, Modesto; KUYVEN, Fernando (Coord.). Tratado de Direito Empresarial. Sociedades Anônimas. vol. III. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2016. p. 1168.

8. A não previsão da dissolução parcial na Lei 6.404/76

A novidade propiciada pela redação do artigo 599 § 2º do NCPC reascendeu os questionamentos a respeito da compatibilidade do instituto da dissolução parcial nas sociedades anônimas com a Lei das S.A., que prevaleceria segundo o critério da especificidade, uma vez que o não preenchimento do fim social de uma companhia, nos termos do Art. 206, II, b da referida lei, é caso para dissolução total da companhia, e não dissolução parcial, conforme consta no NCPC. Para o autor COLLUCI, esse caso se apresenta como uma evidente situação de antinomia de jurídica⁵³.

Por mais que se possa argumentar que tanto pelo critério temporal – o CPC é de 2015, enquanto a LSA é de 1976, quanto pelo critério da especificidade, uma vez que o CPC previu uma modalidade não existente na LSA, causa estranheza uma lei processual regular matéria puramente societária, uma área do direito de alta complexidade e que por vezes é interpretada de forma equivocada pelos tribunais do país.

Para LUCENA⁵⁴ existem dois grandes argumentos contrários ao instituto da dissolução parcial ser aplicado também às sociedades anônimas. O primeiro se sustenta pela constatação da inexistência do *affectio societatis* entre os acionistas da companhia, uma vez que são integrantes de uma sociedade de capitais. O segundo argumento alega inexistir previsão na Lei das S.A. para a dissolução parcial, uma vez que o Art. 206 é taxativa nas suas hipóteses de cabimento e quanto a exclusiva possibilidade de dissolução total.

⁵³ COLLUCI, Ricardo; BUENO, Cassio Scarpinella (Org.), Comentários ao código de Processo Civil, Volume 3, Editora Saraiva, 2017, p.154.

⁵⁴ LUCENA, José Waldecy. Das sociedades anônimas – comentários à lei (arts. 189 a 300), vol. 3. Rio de Janeiro: Renovar, 2012. p. 219.

Em comentário ao uso do termo “fim” e seu significado, na redação do Art. 206, II, b da Lei das S.A., que prevê a dissolução total das companhias, COMPARATO o interpreta como a produção e partilha de lucros, que deve ser apreciada de forma concreta em função do exercício efetivo do objeto da companhia⁵⁵. O termo é o mesmo empregado no NCPC, que também sujeita a dissolução, dessa vez parcial, da sociedade anônima de capital fechado ao não preenchimento do seu fim.

Portanto, existem argumentos contrários a aplicação do instituto da dissolução parcial nas sociedades anônimas, principalmente por entender que a mera desinteligência entre os sócios não pode gerar tamanho desgaste à companhia, de modo que, uma vez insatisfeito, o sócio deveria buscar um terceiro para alienar sua participação acionária, e não forçar o reembolso pela companhia.

No entendimento de PENALVA SANTOS⁵⁶, “admitir dissolução parcial da companhia por quebra da *affectio societatis* significa conferir ao acionista minoritário o que a lei proíbe ao acionista controlador, ou seja, poder de promover a liquidação de companhia próspera. ”, concluindo que “ o risco de inviabilizar a companhia é muito maior na dissolução parcial do que na retirada do acionista”.

Mesmo nas hipóteses da sociedade anônima de capital fechado, o mero fato de o acionista não poder negociar suas ações num mercado organizado não significa que ele está impedido de vender suas ações, a não ser que exista algum

⁵⁵ COMPARATO, Fábio Konder. Reflexões Sobre a Dissolução Judicial de Sociedade Anônima por Impossibilidade de Preenchimento do Fim Social”, in Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro. São Paulo. Editora Malheiros, vol. 96. pp. 72.

⁵⁶ SANTOS, Paulo Penalva. Dissolução, Liquidação e Extinção. In: LAMY FILHO, Alfredo; PEDREIRA, José Luiz Bulhões (Coord.). Direito das Companhias. 2 ed. Rio de Janeiro. Editora Forense, 2017. p. 1334.

tipo de acordo que limite a circulação das ações. Ainda, por mais que uma determinada sociedade anônima possua traços de uma sociedade de pessoas, isso não deve ser o suficiente para que um único acionista possa requerer a dissolução parcial da companhia, o que pode alimentar a insegurança jurídica. Neste sentido, CHEDIAK:

“A questão, apesar de evidente do ponto de vista do direito positivo, tinha uma razão lógica de ser. As sociedades anônimas não podiam – como não podem – estar sujeitas ao regime da dissolução – ainda que parcial – em decorrência da vontade de qualquer de seus sócios. A insegurança jurídica que decorreria de tal atuação prejudicaria todo o sistema das sociedades anônimas. Não importa que a sociedade anônima, no caso concreto, tivesse uma característica semelhante à de uma sociedade de pessoas, familiar, e fechadíssima. O regime da jurídico das sociedades anônimas é incompatível com o regime da dissolução pela vontade de um dos sócios, por ser preponderante a regra de que o sócio insatisfeito poderá sempre – ao menos do ponto de vista jurídico – ainda que em uma sociedade anônima fechada e familiar, alienar sua participação.”⁵⁷

Além disso, o argumento de que existiria uma lacuna na Lei das S.A. sobre o assunto não pode ser totalmente aceito, visto que a lei foi expressa ao apenas permitir a dissolução total da companhia, e não a parcial, além das hipóteses restritas do direito de retirada, previstas no Art. 137 da Lei das S.A. Assim, não caberia uma interpretação extensiva de um instituto próprio das limitadas às sociedades anônimas.

9. O entendimento dos Tribunais

Os litígios judiciais que versam sobre a dissolução parcial da sociedade anônima ganharam destaque nos tribunais principalmente na segunda metade do século XX. A jurisprudência posterior à Constituição de 1988 pertence ao

⁵⁷ CHEDIAK, Julian Fonseca Peña. A posição do Superior Tribunal de Justiça sobre a dissolução parcial das sociedades anônimas: uma análise à luz do novo Código Civil. Revista de Direito Renovar nº 28. 2004. p. 107-120.

Superior Tribunal de Justiça, uma vez que é de sua competência a discussão de leis federais.

A jurisprudência adotou a tese de que o pedido de dissolução total da sociedade seria uma medida muito drástica e que geraria efeitos negativos não apenas nas partes processuais, mas na sociedade como um todo, tendo em vista que a dissolução total de uma sociedade implicaria na cessação da exploração econômica daquela atividade, com demissões de empregados e fim de recolhimento de tributos por parte do Estado.

Assim, passou-se a adotar um entendimento que se importava menos com as formalidades da forma societária adotada pelos sócios e passou a privilegiar mais a realidade em que a sociedade fora organizada de fato. Diz-se que grande parte das sociedades ditas anônimas nada mais são do que sociedades de pessoas, possuindo características meramente pessoais e de relação de confiança entre os acionistas, mas que por razões distintas optaram por adotar o regramento jurídico das sociedades de capital.

No entanto, esse entendimento não era pacificado, existindo decisões proferidas no âmbito do STJ que denegavam o pedido da dissolução parcial das sociedades anônimas com fundamento da impossibilidade jurídica do pedido. Entendiam pela incompatibilidade da natureza jurídica das companhias com a dissolução parcial, uma vez que não existiria autorização da LSA para tal, conforme entendeu o Ministro Waldemar Zveiter ao proferir voto dizendo que o “pedido de dissolução, *in casu*, é juridicamente impossível, pois a espécie societária admite o direto de recesso do sócio descontente.”.⁵⁸

⁵⁸ STJ, REsp nº 171.354/SP, 3ªT., Rel. Min. Waldemar Zveiter, j. 16/11/2000.

Nesse sentido, também compreende pela impossibilidade do pedido o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito:

“É incompatível com a natureza e o regime jurídico das sociedades anônimas o pedido de dissolução parcial, feito por acionistas minoritários, porque reguladas em lei especial que não contempla tal possibilidade.”⁵⁹

Anota CHEDIAK, ao observar a jurisprudência no início do século XXI:

“(...) o posicionamento do STJ vem sendo ou pela impossibilidade jurídica do pedido de dissolução, por se tratar de matéria incompatível com o regime jurídico das sociedades anônimas, reguladas por lei especial, ou pela possibilidade jurídica do pedido, em casos excepcionais em que a sociedade anônima seja, de fato, revestida de caráter pessoal (...)”⁶⁰

A Terceira Turma do STJ, da qual faz parte o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito entendia pela impossibilidade jurídica, conforme acima mencionado. No âmbito do julgamento do Recurso Especial nº 419.174/SP, de forma praticamente unânime – apenas não foi pela ausência um ministro na sessão, decidiu a turma pelo não reconhecimento do pedido formulado de dissolução parcial da sociedade anônima fechada. Alegou o autor e então recorrente que se tratava de sociedade puramente familiar, mas que com o falecimento de um dos familiares, iniciaram-se disputas entre os acionistas, inviabilizando por completo a exploração da atividade da sociedade e culminando com a quebra da *affectio societatis*. Ao analisar o caso, o Ministro Relator fez anotações sobre o entendimento naquele momento nas turmas do STJ:

“A questão, como de sabença comum, não é tranquila na doutrina. Na Corte, os precedentes têm levado em consideração os casos concretos. Há precedente da Terceira Turma, Relator o Senhor Ministro Waldemar Zveiter, entendendo ser juridicamente impossível o pedido de dissolução de sociedade anônima "pois a espécie societária admite o direito de recesso do sócio descontente"

⁵⁹ STJ – Resp nº 419174 SP, Relator: Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, Data de Julgamento: 15/08/2002, Terceira Turma, Data de Publicação: DJ 28.10.2002 p. 311 REVFOR vol. 370 p. 294.

⁶⁰ STJ, REsp 419.174/SP, Rel. Carlos Alberto Menezes Direito. j. 15.08.2002.

(REsp nº 171.354/SP, DJ de 05/02/01). Para esse julgado concorri com o meu voto. Em outra ocasião (REsp nº 247.002/RJ, Relatora a Senhora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 25/3/02), esta Turma conheceu e proveu o especial entendendo não ser "plausível a dissolução parcial de sociedade anônima de capital fechado sem antes aferir cada uma e todas as razões que militam em prol da preservação da empresa e da cessação de sua função social, tendo em vista que os interesses sociais não que prevalecer sobre os de natureza pessoal de alguns dos acionistas". É certo que no seu voto a eminente Relatora considerou não existir impossibilidade jurídica no pedido de dissolução parcial de sociedade anônima, "que pode ser analisado sob a ótica do art. 335, item 5, do Código Comercial, desde que diante de peculiaridades do caso concreto". Mas, o fato é que não se admitiu a dissolução. Na Quarta Turma, Relator para o Acórdão o Senhor Ministro Cesar Asfor Rocha (REsp nº 111.294/PR, DJ de 28/5/01), há precedente, considerando as peculiaridades da espécie, admitindo a dissolução. Considerou o voto condutor do Acórdão a circunstância de ser sociedade envolvendo pequeno grupo familiar, sendo a afeição pessoal reinante entre eles o elemento preponderante para o recrutamento dos sócios, com o que possível a quebra da *affectio societatis*, relevando, também o fato de não haver distribuição de dividendos, por longos anos."⁶¹

Após, concordou com as razões recursais, reformando o entendimento da sentença da primeira instância e do acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, negando a possibilidade da dissolução parcial. Nesse sentido:

“Na minha compreensão, não é possível a dissolução de sociedade anônima, pouco importando as peculiaridades de cada caso. O que se deve levar em conta é a natureza jurídica da sociedade. Se sociedade anônima, está submetida ao disposto em lei especial, que não agasalha a dissolução parcial, com a apuração de haveres dos sócios retirantes. A dissolução é própria do tipo de sociedade de pessoas, como a sociedade por cotas de responsabilidade limitada, que está subordinada ao contrato social e admite a possibilidade da dissolução. Não é possível construir para desqualificar o tipo de sociedade, transplantando regras próprias de um tipo para o outro.

(...)

Como mostra Cristiano Gomes de Brito, *"tal instituto não poderá ser utilizado nas sociedades anônimas, haja vista que violará disposição literal de lei, criará nova modalidade de direito de recesso, possibilitará a exclusão de acionista, bem como causará instabilidade nas relações de poder nas companhias. Ademais, tais circunstâncias não ensejariam pedido de dissolução da sociedade, previsto estritamente no art. 206 da Lei de Sociedades Anônimas"*. E, arrimado no magistério de Celso Barbi Filho, assinalou que *"em se admitindo a dissolução parcial da sociedade anônima, quando pedida a dissolução total, poderá surgir a indústria especulativa entre os acionistas ditos profissionais de mercado, que passariam sistematicamente,*

⁶¹ STJ. Terceira Turma. Recurso Especial nº 419.174/SP. Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito. Julgado em 15/08/2002. DJ em 28/10/2002.

sempre que possível, a formular pedidos de dissolução total de companhias prósperas, como forma de auferir significativos e indevidos ganhos". E, ainda, especificamente sobre a quebra da affectio societatis, mostra que ao "se permitir a dissolução parcial de uma companhia por simples quebra da affectio societatis, abrir-se-á um precedente perigoso nas estruturas da sociedade anônima. Isto porque serão inseridos em seu arquétipo aspectos de natureza subjetiva (affectio societatis) nas relações entre os acionistas. Em assim sendo, permitir-se-á que o acionista minoritário requeira a dissolução parcial da companhia, pela quebra da affectio societatis. (...) Considerando que há affectio societatis entre os acionistas, isso permitirá também que o acionista majoritário - e aí reside o perigo, principalmente nas sociedades fechadas, de caráter familiar, com restrição na circulação de ações - exclua o acionista minoritário por quebra da affectio societatis, igualmente o que ocorre nas sociedades por quotas"
 (...)

Anote-se que; neste feito, a sociedade foi primeiro constituída como sociedade por cotas de responsabilidade limitada e, depois, pela vontade dos sócios foi transformada em sociedade anônima. Com isso, houve uma expressa manifestação dos sócios por outro tipo de sociedade comercial, regido por lei especial, que não prevê a dissolução parcial. Sendo impossível, como demonstrado, adotar nas sociedades anônimas uma forma de dissolução própria do tipo societário anterior e não existente no novo. Nas sociedades anônimas, sob todas as luzes, é impertinente o pedido de dissolução parcial.”
 (grifo do autor)⁶²

Um marco no entendimento do STJ no assunto foi o julgamento do REsp 111.294/PR, julgado pela Quarta Turma do STJ em 2000, que reconheceu a possibilidade da dissolução parcial da sociedade anônima fechada eminentemente familiar e com reiterada ausência de distribuição de dividendos, e após, o julgamento dos embargos de divergência no mesmo processo, em que confrontou-se o entendimento entre a Terceira e Quarta Turma do STJ.

Nesse caso, os acionistas de uma companhia fechada requereram a dissolução da sociedade, e subsidiariamente, a dissolução parcial. Em 1ª instância obtiveram êxito, sendo julgado procedente o pedido e decretada a apuração dos haveres:

⁶² STJ. Terceira Turma. Recurso Especial nº 419.174/SP. Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito. Julgado em 15/08/2002. DJ em 28/10/2002.

"(...) decretar a dissolução parcial da sociedade COCELPA - Cia. de Celulose e Papel do Paraná, mediante a retirada dos sócios autores e o sócio anuente a esta ação, conforme petição de fls. 140 (Espólio de Jacob Baptista de Pauli). Os haveres dos sócios retirantes devem ser apurados em liquidação de sentença, mediante balanço especial levantado após avaliação real do acervo da empresa, corpóreo e incorpóreo, existente na data do ajuizamento da ação, na proporção de sua participação no capital social."⁶³

Tanto os sócios retirantes quanto os remanescentes apelaram da decisão do primeiro grau, alegando os réus pela impossibilidade jurídica do pedido e de que a mera não distribuição de dividendos não poderia por si só configurar o não preenchimento do fim da companhia. Por unanimidade, a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Alçada do Paraná decidiu pela manutenção da decisão de primeira instância no tocante à dissolução parcial da companhia, fundamentando o que segue:

“A dissolução da sociedade está baseada no artigo 206, II, b, da Lei 6.404/76, ou seja, pela impossibilidade de consecução dos seus fins, consubstanciado pela não produção de lucros e pelo desaparecimento da "*affectio societatis*". Embora tratar-se de sociedade anônima, esta possui aspectos pessoais, sendo necessário a "*affectio societatis*". A essência da atividade comercial é o lucro e a não distribuição de lucros justifica a dissolução parcial. Não há julgamento Extra Petita. O réu anuente pode nesta ação ser retirado de sociedade conforme o Princípio da Instrumentalidade e da Economia Processual.”⁶⁴

A companhia e os sócios remanescentes continuaram insatisfeitos com o acórdão proferido pelo Tribunal local, que manteve a dissolução parcial, o que os levou a interposição do recurso especial. O recurso foi apreciado pela Quarta Turma do STJ, sendo relatado pelo Ministro Barros Monteiro, que concordou com os recorrentes e entendeu pela impossibilidade da dissolução parcial. Em suas palavras:

⁶³ STJ, REsp nº 111.294/PR, 4ªT., Relator Ministro Barros Monteiro, D.J. 28/05/2001. p. 3.

⁶⁴ TAPR - Terceira Câmara Cível (extinto Tribunal de Alçada) - AC - 78835-6 - Araucária - Rel.: Lidio José Rotoli de Macedo - Unânime - J. 26.09.1995

“É controvertida, tanto na doutrina como na jurisprudência, a questão relativa à possibilidade de decretar-se a dissolução parcial de sociedade anônima, com a apuração de haveres dos sócios minoritários dissidentes.

(...)

Realmente, não se podem aplicar às sociedades anônimas (organizadas sob o princípio de *intuitus pecuniae*) normas e critérios próprios das sociedades erigidas consoante o *intuitus personae*. Exemplificativamente, a dissolução parcial de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada implicaria na retirada do sócio dissidente, mediante a apuração de seus haveres, feita através da elaboração de um balanço especial. Tal situação não deve ser transplantada para as sociedades por ações, cuja natureza e regime jurídico são diversos.

(...)

Em suma, tratando-se de sociedade anônima, não se deve estender-lhe, por incompatibilidade, o regime de dissolução parcial. Uma vez que preenchidos os pressupostos insertos no art. 206, II, "b", da Lei nº 6.404, de 1976, ou seja, desde que evidenciado que a "S.A." não pode preencher o fim para o qual foi instituída, a única forma de admitir-se a dissolução é a total, mesmo porque, diante da previsão legal, estará comprometida por inteiro a sua própria atividade negocial. Para os acionistas minoritários fica assegurado, na forma da lei das sociedades anônimas, o exercício do direito de recesso e o respectivo reembolso.”⁶⁵

No entanto, o voto do Ministro Relator Barros Monteiro ficou vencido na discussão, tendo o Ministro Cesar Asfor Rocha iniciado a divergência, que foi acompanhada pelo Ministro Presidente Ruy Rosado de Aguiar, pelo Ministro Aldir Passarinho Junior e pelo Ministro Sálvio De Figueiredo Teixeira.

Entendeu o Cesar Asfor Rocha que, mesmo sendo organizada sobre a forma de sociedade anônima, a sociedade em questão havia sido formada sobre forte influência do trato pessoal entre os sócios, configurando o *intuitus personae*. Além disso, a companhia não distribuía lucros aos sócios por longos anos, o que segundo ele, provocou a quebra da *affectio societatis*, que então ensejaria a dissolução total da companhia. Contudo, tendo em vista o princípio da continuidade da sociedade e sua utilidade social, deveria ser acatado o pedido da dissolução parcial, solução menos danosa à sociedade. Conforme voto do Ministro Cesar Asfor Rocha:

⁶⁵ STJ, REsp nº 111.294/PR, 4ªT., Relator Ministro Barros Monteiro, D.J. 28/05/2001. p. 8.

“04. A dissolução parcial da sociedade, como se sabe, outra coisa não é senão uma forma de apuração dos haveres do sócio, sendo, em regra, admitida apenas nas sociedades erigidas consoante o princípio *intuitus personae*, não se aplicando às sociedades anônimas, que são organizadas sob normas e critérios que encampam o princípio de *intuitus pecuniae*. É que, naqueles tipos societários, destaca-se, como de extrema relevância, o princípio da *affectio societatis*, que não se releva nem se revela na sociedade anônima pois, sendo a apuração dos haveres exceção à regra da dissolução da sociedade, e como naquelas sociedades as partes sociais não estão representadas por títulos, impõe-se, nos casos de retirada de sócio, o levantamento contábil de seus haveres.

05. É certo que a Lei nº 6.404/76 prevê duas formas principais de retirada de acionista. A primeira, compulsória, em que o acionista remisso tem as suas ações vendidas (art. 107, II) ou quando forem consideradas caducas e integralizadas pela própria sociedade (art. 107, § 4o). A segunda, tem caráter voluntário, em que o acionista dissidente, retirando-se espontaneamente da sociedade anônima, obtém o reembolso de suas ações por valor não inferior ao do patrimônio líquido (art. 45 e § 1º c. c. o art. 137 da mesma Lei nº 6.404). Em nenhuma delas está explicitamente elencada a hipótese da quebra da *affectio societatis* como ensejadora da retirada de sócio. E não está porque, como dito, a sociedade anônima é plasmada numa ambiência em que prepondera o princípio *intuitus pecuniae*.

06. No entanto, há hipótese, como a configurada na espécie, em que, nada obstante a sociedade ser anônima, os sócios foram congregados, quando da sua constituição, por motivações pessoais, agindo, substancialmente, como força atrativa, a afeição recíproca e a mútua confiança que permeava entre eles.

(...)

8. Destarte, a afirmação de que não se devem aplicar às sociedades anônimas, por serem organizadas sob o princípio de *intuitus pecuniae*, normas e critérios próprios das sociedades erigidas consoante o *intuitus personae*, deve ser recebida com temperamento exatamente porque há hipótese, como a retratada nestes autos, em que o elemento preponderante quando do recrutamento dos sócios para a constituição da sociedade foi a afeição pessoal que reinava entre eles. Sendo assim, a quebra da *affectio societatis* conjugada à inexistência de lucro e de distribuição de dividendos da sociedade anônima, por longos anos, pode se constituir em elemento ensejador da dissolução da sociedade, pois seria injusto manter o acionista prisioneiro da sociedade, com seu investimento improdutivo, na expressão de Rubens Requião.

09. Dir-se-ia, então, que o caso seria de dissolução integral da sociedade anônima. Contudo, em respeito ao princípio da preservação da sociedade e de sua utilidade social, deve-se mantê-la viva.”⁶⁶

A companhia, ainda em desacordo com o acórdão do Recurso Especial, interpôs Embargo de Divergência, abordando questões processuais e de representação por parte da parte autora, além da discordância quanto à

⁶⁶ STJ, REsp nº 111.294/PR, 4ªT., Relator Ministro Barros Monteiro, D.J. 28/05/2001. p.17.

dissolução parcial, alegando que a própria jurisprudência entre as turmas do STJ era conflitante e não permitia tal interpretação extensiva às sociedades anônimas.

A Segunda Seção do STJ analisou o recurso, e no tocante à dissolução parcial da companhia em análise, decidiu de forma acirrada. Dos nove ministros que compõe a seção, cinco ministros discordaram com o provimento do recurso (portanto, acharam ser possível a dissolução parcial da sociedade anônima fechada), ao passo que quatro ministros concordaram com os embargos e consequência reforma da decisão que permitiu a dissolução parcial.

O voto vencedor foi relatado pelo Ministro Castro Filho, que salientou a necessidade de compreensão da existência de uma realidade de fato distinta a da letra da lei. Em suas palavras:

“É o que se verifica com as sociedades ditas familiares, cujas ações circulam entre os seus membros, e que são, por isso, constituídas *intuito personae*, já que o fator dominante em sua formação é a afinidade e identificação pessoal entre os acionistas, marcadas pela confiança mútua. Em tais circunstâncias, muitas vezes, **o que se tem, na prática, é uma sociedade limitada travestida de sociedade anônima**, sendo, por conseguinte, equivocado querer generalizar as sociedades anônimas em um único grupo, com características rígidas e bem definidas.

(...)

Em casos que tais, porquanto reconhecida a existência da *affectio societatis* como fator preponderante na constituição da empresa, não me parece possa essa circunstância ser desconsiderada por ocasião de sua dissolução. Do contrário, e de que é exemplo a hipótese em tela, a ruptura da *affectio societatis* representa verdadeiro impedimento a que a companhia continue a realizar o seu fim, com a obtenção de lucros e distribuição de dividendos, em consonância com o artigo 206, II, "b", da Lei nº 6.404/76, já que dificilmente pode prosperar uma sociedade em que a confiança, a harmonia, a fidelidade e o respeito mútuo entre os seus sócios tenham sido rompidos.

Não se desconhece que, em regra, a possibilidade de dissolução parcial, com a consequente apuração de haveres dos sócios dissidentes, é incompatível com esse tipo de sociedade, porque própria tal iniciativa das sociedades de pessoas e na sociedade por cotas. Todavia, na espécie, assim como asseverou o acórdão embargado, **penso que a regra da dissolução total em nada aproveitaria**

aos valores sociais envolvidos, no que diz respeito à preservação de empregos, arrecadação de tributos e desenvolvimento econômico do país, **razão pela qual sou a favor de que o rigorismo legislativo ceda lugar ao princípio da preservação da empresa**, norteador, inclusive, da nova Lei de Falências - Lei nº 11.101/05 -, que substituiu o Decreto-lei nº 7.661/45, então vigente (grifo nosso)⁶⁷

Inaugurando a divergência, votou o Ministro Massami Uyeda pelo entendimento de ser incabível não aplicar a Lei das S.A. às sociedades anônimas pelo simples fato de se sustentar existir a predominância do *intuito personae* no caso analisado. Nesse sentido, alegou que:

“(...) embora a sociedade possa ter em sua origem, em sua base, essa instituição familiar, na verdade, como bem ressaltado pelo eminente Ministro Castro Filho, pode ser travestida em uma S.A.; mas, travestida ou não, é uma sociedade anônima. A sociedade anônima se rege por essa Lei especial, a Lei n. 6.404/76. Sendo uma lei especial, não podemos, com todo o respeito, dar tratamento como se fosse uma sociedade limitada, na qual poderia haver uma apuração de haveres de sócios dissidentes. O que mais me impressiona, e me impressionou, foi a alegação feita em sustentação oral pela eminente advogada de que, na retirada desse sócio, com a dissolução, dessa maneira, o sócio retirante poderia receber seus valores em detrimento do próprio crédito trabalhista e tributário. Então, pergunto-me, se o intuito da sociedade anônima, como bem ressaltado no voto do eminente Ministro Cesar Asfor Rocha, é o intuito pecúnia, porque quem se associa é para obter lucros, se essa sociedade não fornece mais lucro, torna-se inviável, mas se está em situação de inviabilidade econômica, financeira, e os dissidentes, 5%, 10%, enfim, os minoritários saírem antes, levarão mais do que a maioria em detrimento da própria sociedade.

(...)

Estava ponderando o seguinte: se a instituição de uma empresa gira em torno do lucro, há considerar-se a teoria do risco, pois se o empresário tem lucro, aufera rendimentos, e, se não tiver, deve assumir o prejuízo. Os dissidentes, ao assim fazerem, como se pretende, estarão, como ressaltado da sustentação oral, sufragando uma forma de enriquecimento indevido.”⁶⁸

Em que pese a legítima divergência existente nas turmas e entre os próprios ministros do STJ, após o julgamento pela 2ª Seção dos Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 111.294/PR, prevaleceu o entendimento

⁶⁷ STJ, Embargos de Divergência em Recurso Especial 111.294/PR, 2ª Seção. Rel. Min. Castro Filho. DJ 10.09.2007.

⁶⁸ STJ, Embargos de Divergência em Recurso Especial 111.294/PR, 2ª Seção. Rel. Min. Castro Filho. DJ 10.09.2007.p. 17.

permissivo à dissolução parcial da sociedade anônima de capital fechado em que exista a preponderância do *intuitu personae* e ocorra também a quebra da *affectio societatis*. Além disso, o CPC/15 ao trazer o permissivo legal do Art. 599 § 2º, favorece o cenário para que essa jurisprudência caminhe de maneira a uniformizar as decisões nesse sentido.

No entanto, baseando-se na própria jurisprudência do REsp nº 111.294/PR, a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, manteve decisão de primeira instância em que negava a pretensão do acionista minoritário de se retirar da sociedade, portanto, negando a dissolução parcial da sociedade anônima. O curioso do caso é que mesmo com a existência de longos período sem distribuição de dividendos e cláusulas no estatuto social de extrema restrição à circulação das ações, entenderam os desembargadores que não houve a quebra da *affectio societatis*, ao argumento de que o próprio acionista havia sustentado na petição inicial que o que lhe movera para participar da companhia havia sido a oportunidade de lucro apresentado pelo acionista majoritário, o que restou configurado aos desembargadores a prevalência do *intuitu pecunae* na situação. Nesse sentido, decidiu o Desembargador Relator Reinaldo Pinto Alberto Filho o que segue:

“Em que pese a posição jurisprudencial da Corte Superior acima mencionada, o tema não é pacífico na doutrina e jurisprudência, valendo notar a existência de corrente doutrinária que inadmita a possibilidade de dissolução parcial de sociedades anônimas de capital fechado em virtude da falta de previsão legal na lei de S.A., ressaltando que a dissolução parcial é instituto próprio das sociedades limitadas, sendo certo que a possibilidade de recesso do acionista se restringe às hipóteses previstas no art. 137 da lei 6.404/76.

(...)

In casu, a 2ª Ré é uma sociedade anônima, fato que por si só não afasta, de plano, a tese autoral de rompimento do vínculo afetivo, eis que na atualidade é comum e, por isso mesmo já reconhecido pelo direito empresarial, especialmente pela jurisprudência, a existência de sociedades anônimas de pessoas, tendo esta forma societária se projetado, mormente entre as sociedades de pequeno e médio porte, dando azo formação de sociedades anônimas de capital fechado, nas quais a pessoalidade e intimidade entre os acionistas gera um caráter *intuitu personae* em sua constituição.

De outro lado, da análise do processado resta claro que a empresa em comento não é de pequeno porte, bem como que o intuito da Autora, ora Apelante, ao se associar as empresas Rés era claramente o lucro.

(...)

Nessa toada, o que se percebe é que a Apelante foi atraída para a sociedade não pela relação íntima e de confiança, mas pela potencialidade de lucro que o negócio oferecia, sendo certo que a falta de lucratividade afastou o interesse na continuidade da avença.

(...)

Assim sendo, não há se falar, *in casu*, em *affectio societatis*, ostentando a relação entre as Demandantes cunho exclusivamente ou predominantemente comercial, tudo levando a crer que foi a crise financeira instalada na empresa que motivou a pretensão da Apelante de retirar-se dos quadros sociais.

Aliás, não se pode deixar de consignar que a pretensão de exclusão da composição societária com fincas na quebra do vínculo afetivo, justamente quando a empresa atravessa gravíssima crise, estando o Grupo Morada sob intervenção do BACEN e sob investigação e, por certo com sua reputação deveras abalada no mercado e com suas sem valor comercial, configura um ato desesperado visando se esquivar de suas responsabilidades perante a sociedade ou minimizar os prejuízos decorrentes de um péssimo investimento.”⁶⁹

Ainda no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, no entanto, agora na Décima Nona Câmara Cível, mantiveram os desembargadores de forma unânime a decisão de primeira instância que havia deferido o pedido de retirada dos acionistas minoritários, com consequente dissolução parcial da sociedade anônima, mesmo não sendo familiar, pela ausência da distribuição de dividendos. Os desembargadores interpretaram o Art. 206, II, “b” das LSA à luz do novo Art. 599 § 2º do CPC/15, ao considerar que a situação que ensejaria a dissolução total da companhia deveria ser revisitada como causa de dissolução apenas parcial. Nos termos do acórdão:

“A ausência de distribuição de lucros é uma das hipóteses que gera a dissolução da companhia, na medida em que, a mesma não é capaz de cumprir com suas finalidades. Inteligência contida no art. 206, II, “b” das LSA. Prova pericial atestando que a sociedade empresária apresentou cenários favoráveis em 2011 e 2012, sem a distribuição dos lucros. Correta a sentença que dissolveu parcialmente a companhia por restar configurada a viabilidade da continuação dos negócios da mesma pelos demais sócios, ainda que a S.A. não seja formada por grupos familiares.

(...)

⁶⁹ TJRJ – Apelação Cível nº 0492047-37.2011.8.19.0001, Relator Reinaldo Pinto Alberto Filho. Quarta Câmara Cível. Data de Julgamento: 12/07/2017. Data de Publicação: 14/07/2017.

Note-se que o Superior Tribunal de Justiça, inclusive, já decidiu que o pedido de dissolução total de sociedade anônima de capital fechado seja solucionado a luz do art. 599, do CPC, em razão do não ocorrer aferimento de lucros ou distribuição de dividendos aos acionistas.”⁷⁰

Logo, a jurisprudência que já caminhava na direção de permitir a dissolução parcial das sociedades anônimas, passa agora a contar com o apoio do CPC/15 para legitimar essas decisões.

10. A aplicação do Novo Código de Processo Civil de 2015

Mesmo com a inegável divergência doutrinária existente sobre a aplicação da dissolução parcial à sociedade anônima, o legislador deu um tratamento particular ao assunto no diploma processual, prevendo um procedimento especial para a denominada ação de dissolução parcial da sociedade, que passa a ser regulada pelos Art. 599 ao 609 do CPC/15, juntando no mesmo procedimento as ações de dissolução parcial e a de apuração de haveres. O procedimento especial da dissolução parcial das sociedades é um dos quatorze procedimentos especiais trazidos no CPC/15, o que confirma a atenção especial dada ao tema. Conforme MARIONI, ARENHART E MITIDEIRO:

“Nos casos em que há exercício de jurisdição diante de litígios entre as partes – jurisdição contenciosa – a tutela jurisdicional pode ser prestada mediante procedimento comum (art. 318) ou, no rol trazido pelo Código, mediante quatorze procedimentos diferenciados diferentes: (i) ação de consignação em pagamento (arts. 539 e ss.); (ii) ação de exigir contas (arts. 550 e ss.); (iii) ações possessórias (arts. 554 e ss.); (iv) ação de divisão e demarcação de terras particulares (arts. 569 e ss.); **(v) ação de dissolução parcial de sociedade (arts. 599 e ss.);** (vi) ação de inventário e partilha (arts. 610 e ss.); (vii) ação de embargos de terceiro (arts. 674 e ss.); (viii) ação de oposição (arts. 682 e ss.); (ix) ação de habilitação (arts. 687 e ss.); (x) ações de família (arts. 693 e ss.); (xi) ação monitória (arts. 700 e ss.); (xii) ação de homologação de penhor

⁷⁰ TJRJ. Apelação Cível nº 0435067-02.2013.8.19.0001. Quarta Câmara Cível. Relator Desembargador Ferdinando Nascimento. Data de Julgamento 05/06/2018. Data de Publicação 07/06/2018.

legal (arts. 703 e ss.);(xiii) ação de regulação de avaria grossa (art. 707 e ss.); e (xiv) ação de restauração de autos (art. 712 e ss.).”(grifo nosso)⁷¹

No entanto, por vezes o legislador foi impreciso, principalmente pelo fato de o procedimento da ação de dissolução parcial previsto no CPC ter sido idealizado, inicialmente, para as sociedades contratuais e simples, e apenas no último parágrafo do artigo 599 ter trazido a exceção das sociedades por ação.

A permissão legal para a dissolução parcial das sociedades anônimas fechadas vem, portanto, do Art. 599 § 2º, trazendo também os requisitos para a propositura da ação. O primeiro requisito é o de que a ação deverá ter em seu polo ativo o acionista ou os acionistas que representem pelo menos 5 % (cinco por cento) do capital social da sociedade. O segundo requisito exige que a ação seja motivada pelo não preenchimento do fim da sociedade, que conforme visto, é um termo muito amplo – contudo, é majoritariamente interpretado pela jurisprudência como casos de não distribuição de dividendos por longos períodos e de não se explorar as atividades previstas no objeto social da companhia.

Quanto à legitimidade passiva da ação de dissolução parcial, o legislador previu no Art. 601 do CPC/15 que os sócios e a sociedade deverão necessariamente estar no polo passivo na demanda, constituindo, portanto, um litisconsórcio passivo necessário. A escolha do legislador é questionável, pois no caso concreto, em sociedades com quadro de sócios extenso, fica evidente que a desnecessária participação de todos os acionistas da companhia no curso do processo conturbará não apenas a própria ação, quanto a vida dos sócios que não desejavam litigar.

⁷¹ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Novo Curso de Processo Civil Volume 2: Tutela dos direitos mediante procedimento comum. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais. 2015. p. 88.

Segundo FRANÇA e ADAMEK:

“A solução unitária adotada agora no CPC/15 traz imenso ônus de transformar faticamente a simples detenção de uma participação societária em sementeira de ações – o sócio, só porque sócio é e nada mais, acabará sendo guinado a juízo e sofrendo todas as restrições e dificuldades daí inerentes, só por ser sócio! E isso ainda quando porventura tenha ficado vencido, por exemplo, em alguma deliberação de exclusão de outro membro – não importa! Ainda neste caso terá que figurar no polo passivo ou ativo da ação só para integrar a relação processual, apesar de não se ter deduzido contra nenhuma pretensão; ainda quando contra ele, sócio, nada se tenha pedido.” ⁷²

De maneira diversa compreende a questão a Ministra Nancy Andrigli, ao sustentar que esse entendimento não há de ser absoluto, podendo ser relativizado principalmente nas ações de dissolução parcial, casos em que a lide apenas interessaria aos sócios que anseiam pela sua retirada e a própria sociedade, o que permite configurar o litisconsórcio facultativo, e não o necessário:

“A Terceira Turma do STJ já decidiu acerca da indispensável formação de litisconsórcio passivo necessário na hipótese em que o litígio instaurado entre as partes culmina em *ação de dissolução total* da sociedade (REsp 1303284/PR, minha relatoria, DJe 13/05/2013). Na ocasião, as razões de decidir adotadas pelo colegiado foram no sentido de que a participação de todos os sócios na demanda judicial de dissolução afigura-se essencial para que se alcance a certeza necessária da absoluta inviabilidade de sua manutenção. Isso porque, em tese, é plenamente possível que algum dos sócios venha a manifestar o desejo e a viabilidade do prosseguimento da atividade empresária, ainda que mediante a formação de novo quadro societário, quiçá destituído do *intuitu personae*.

Na presente hipótese, entretanto, os contornos concretos do litígio dizem respeito unicamente à *dissolução parcial* da companhia, com a retirada dos recorridos, acionistas minoritários. Esse dado é relevante porque o resultado útil do processo, na perspectiva dos autores da demanda, cinge-se à sua retirada da sociedade com a respectiva apuração de haveres, portanto, eventual acolhimento do pedido formulado na petição inicial não conduz à absoluta inviabilidade de manutenção da empresa por dissolução total. Assim, a legitimidade passiva *ad causam* em ação de dissolução parcial de sociedade

⁷² FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes; ADAMEK, Marcelo Vieira von. Da Ação de dissolução Parcial de Sociedade: comentários breves ao CPC/2015. 1. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2016. p.48.

anônima fechada, de acordo com as particularidades dos autos, é da própria companhia, não havendo litisconsórcio necessário com todos os acionistas.”⁷³

Além disso, o prazo para resposta previsto no Art. 601 é o de quinze dias, prazo esse em que os sócios e a sociedade poderão concordar com o pedido ou apresentar contestação. No entanto, a dúvida que o artigo traz reside no fato de que se criou um procedimento especial em que as normas previstas são as mesmas normas do procedimento comum. Neste caso, o prazo para contestação do procedimento comum, previsto no Art. 335, também é o de quinze dias, assim como o do procedimento especial da ação de dissolução parcial da sociedade.

Nesse sentido, PEREIRA:

“Observa-se, nitidamente, sem necessidade de grande digressão teórica, que nada existe que possa distinguir o procedimento especial de ação de dissolução parcial de sociedade com o procedimento comum, já que o réu é citado para se defender no idêntico prazo de 15 (quinze) dias e nada mais há que se possa tornar particular ou especial aquele procedimento dissolutório.

Diante disso, é inadequada a ação de dissolução parcial de sociedade no bojo dos procedimentos especiais.

Na realidade, o apropriado é a ação de dissolução parcial de sociedade observar as fases do processo sincrético, ou seja: uma fase inicial, com definição da causa da dissolução, com eventual reconvenção, inclusive, e definição de determinados aspectos relevante; uma fase intermediária, com a definição do valor da participação societária, por meio de liquidação, cujo critério de avaliação, que, preferencialmente, já esteja definido previamente, uma vez que talvez seja o aspecto mais relevante desse procedimento, e que variará muito de sociedade para sociedade, segmento empresarial, ativos, etc., e, enfim, uma fase final, em que, caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação certa e líquida como reconhecida, seja efetivada de fora compulsória sua satisfação.”⁷⁴

⁷³ STJ - REsp: 1400264 RS 2013/0284036-0, Relator: Ministra Nancy Andrighi, Data de Julgamento: 24/10/2017, Terceira Turma, Data de Publicação: DJe 30/10/2017.

⁷⁴ PEREIRA, Mário José Gomes. Aspectos da Ação de Dissolução Parcial de Sociedades no Novo Código de Processo Civil. Porto Alegre. 2016. Monografia (Pós-Graduação em Direito dos Negócios na Universidade do Vale dos Sinos.

O parágrafo único do Art. 601 também causa certo estranhamento, uma vez que ele traz a possibilidade de a sociedade não ser citada, desde que todos os seus sócios já tenham sido citados. O artigo explora de forma demasiadamente simplista a formação da vontade das sociedades, ignorando que a personalidade jurídica das sociedades não pode ser confundida com a dos seus próprios sócios.

Já ADAMEK compreende que o Art. 601, Parágrafo Único deve ser interpretado como uma norma de sanção de nulidade, e que a regra deve sim ser a citação da sociedade:

“O par. ún. do art. 601 do CPC veicula, em realidade, de maneira imperfeita e contraditória, mera regra de sanção que, na prática, já vinha sendo adotada pelos tribunais (cf.: STJ, REsp 153.515-RJ, 3ª T., Rel. Min. Waldemar Zveiter, j. 17.04.1999, DJ 17.04.2000; e STJ, REsp 788.886-SP, 3ª T., Rel. Min. Sidnei Beneti, j. 15.12.2009, DJe 18.12.2009). O par. ún. do art. 601 do CPC, portanto, trata apenas de regra de sanção de nulidade, que melhor teria sido expressa com a seguinte redação: “Não se decretará a nulidade do processo e a sociedade ficará sujeita aos efeitos da decisão e à coisa julgada, se todos os sócios tiverem sido citados para a causa”. ”⁷⁵

A data estipulada pelo CPC/15 para a perda da condição de sócio é a do trânsito em julgado da decisão que julgar procedente pedido da dissolução parcial da sociedade. Conforme o CPC/15:

"Art. 605. A data da resolução da sociedade será:
(...)

IV - na retirada por justa causa de sociedade por prazo determinado e na exclusão judicial de sócio, a do trânsito em julgado da decisão que dissolver a sociedade;"

Isso implica em dizer que durante o curso do procedimento, o status do sócio é mantido sem alterações, podendo o sócio participar ordinariamente das

⁷⁵ Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-jun-20/problematica-disciplina-unitaria-dissolucao-sociedades-cpc>> Acesso em 20 de novembro de 2018.

assembleias, bem como receber lucros e dividendos que forem devidos, o que pode gerar situações estranhas à sociedade caso eventualmente venha ser deferido o pedido e o sócio de fato se retire da companhia. Porém, ainda assim, o sócio retirante só passará a ser credor do valor de suas ações da companhia após o trânsito em julgado da decisão de dissolução parcial.

De acordo com TOMAZETTE:

"Ao contribuir para o capital social e adquirir a qualidade de sócio, este passa a ser titular de um direito potencial de crédito, consistente na divisão do patrimônio social, o qual se concretiza no caso de resolução em relação a um sócio." ⁷⁶

Nesse sentido, aponta a jurisprudência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

“ (...) quando a perda da qualidade de sócio se alcança por meio de decisão judicial por inexistir o consenso entre os sócios. Em tal hipótese, não há a concordância entre os sócios remanescentes que se opõem a intenção manifestada pelo retirante, criando-lhe embaraços seja por meio de discordância velada ou por meio de óbices que dificultem a saída do requerente, como ocorre quando se criam embaraços ao modo de apuração de haveres, o que acaba por perpetuar a permanência daquele que pretendia se desligar do quadro societário. (...). Em hipóteses tais, a dissolução será contenciosa, possuindo a sentença natureza constitutiva, embora de caráter negativo, gerando efeitos ex nunc a partir de seu trânsito em julgado. Por conseguinte, se apenas a partir da prolação da sentença é que se perde a qualidade de sócio, eventuais débitos e créditos devem ser aferidos com base nas entradas e saídas ocorridas até o momento em que a sentença desconstitutiva transitar em julgado e, por tal motivo, a apuração de haveres levará em conta este momento processual.”⁷⁷

Outro ponto problemático trazido pelo CPC/15 foi o critério de apuração dos haveres na hipótese da não previsão no estatuto social do procedimento

⁷⁶ TOMAZETTE, Marlon. Legitimidade na Ação de Dissolução Parcial nas Sociedades Contratuais no CPC/2015. In: RIBEIRO, Marcia Carla Pereira Ribeiro; CARAMÊS, Guilherme Bonato Campos (coord.) Direito Empresarial e o CPC/2015. 2. ed. Belo Horizonte. Fórum, 2018. p. 43.

⁷⁷ TJMG - Apelação Cível 1.0024.12.079909-3/001, Relator: Desembargador Luiz Artur Hilário, 9ª Câmara Cível, julgamento em 23/10/2012, publicação em 29/10/2012.

específico para tal. A lei prevê que existente a omissão do "estatuto social" (a redação do CPC/15 menciona "contrato social", mas se tratando de uma companhia, devemos interpretar como estatuto social) o juiz é quem irá determinar com base no "valor patrimonial apurado em balanço de determinação, tomando-se por referência a data da resolução e avaliando-se bens e direitos do ativo, tangíveis e intangíveis, a preço de saída, além do passivo também a ser apurado de igual forma."⁷⁸

Ainda, FRANÇA e ADAMEK, sobre o critério de avaliação adotado:

"A nova regra dispositiva introduzida no CPC/2015, diversamente, impõe autoritariamente um critério supletivo único de avaliação, olvidando que, a depender da atividade desenvolvida pela sociedade, poderá o mesmo mostrar-se totalmente iníquo"⁷⁹

De forma distinta entendem ROVAI e SALLES JR:

"Expressa o artigo 606 ponto deveras importante, colocando que, nas hipóteses onde o contrato social não expresse como será feita a apuração de haveres, esta incumbência recairá sobre o magistrado, sendo que este se findará do balanço de determinação que além de levar em conta bens tangíveis como intangíveis, também considera o preço de saída dos bens que compõem o acervo patrimonial da empresa. Preceitua-se aqui feliz iniciativa do Novo Código de Processo Civil, em evidente segurança jurídica às partes envolvidas, expressando ainda, que caso haja necessidade de perícia, essa deverá ser feita por um especialista em avaliação de sociedades"⁸⁰

Portanto, é importante que as companhias possuam em seus estatutos sociais as disposições prevendo o procedimento detalhado para o pagamento dos

⁷⁸ Art. 606. Em caso de omissão do contrato social, o juiz definirá, como critério de apuração de haveres, o valor patrimonial apurado em balanço de determinação, tomando-se por referência a data da resolução e avaliando-se bens e direitos do ativo, tangíveis e intangíveis, a preço de saída, além do passivo também a ser apurado de igual forma.

⁷⁹ FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes; ADAMEK, Marcelo Vieira von. Da Ação de dissolução Parcial de Sociedade: comentários breves ao CPC/2015. 1. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2016. p.70.

⁸⁰ ROVAI, Armando; SALLES JR., Paulo Sérgio Nogueira. Dos novos paradigmas da ação de dissolução parcial de sociedade e a necessidade de uniformização das decisões judiciais. Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais. Vol. 75. Ano 20. São Paulo: Ed. RT, jan-mar. 2017. p. 122.

haveres em caso de dissolução parcial, de forma a se trazer segurança jurídica na relação com os acionistas retirantes, e evitando que valores arbitrários sejam atribuídos pelo judiciário.

Ao final da apuração dos haveres, o sócio retirante deverá receber em dinheiro o correspondente ao investido para a realização do capital social da companhia. Mesmo que o capital social tenha sido conferido com bens, e não em dinheiro, não existe a possibilidade de se proceder com a partilha de bens de propriedade da companhia, a não ser que assim tenha sido estabelecido no estatuto social.

Para FONSECA:

"(...) a regra é a de que a liquidação do crédito seja efetivada em moeda. Até mesmo nas sociedades holdings puras, - isto é, aquelas que têm como objetivo a participação no capital de outra sociedade - nas quais, por conseguinte, o único bem integrante do ativo é constituído pelos títulos referentes àquela participação societária, o pagamento, salvo ajuste em contrário, deverá ser materializado em dinheiro. Jamais, insista-se, mediante transferência das quotas ou ações integrantes do capital daquela sociedade pois que, como cediço, sócia desta última é a holding e não aquele que desta se retira."⁸¹

Logo, o CPC/15 prevê um procedimento específico a ser seguido nos casos de dissolução parcial da sociedade anônima fechada, o que até então era inexistente. Resta observar como a jurisprudência se comportará para adaptar a redação do Código de Processo Civil às particularidades das sociedades anônimas, uma vez que o texto legal se mostrou impreciso em diversas oportunidades, conforme o demonstrado ao longo deste capítulo.

Conclusão

⁸¹ FONSECA, Priscila M. P. Corrêa da. Dissolução parcial, retirada e exclusão de sócio. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 213.

A temática central do trabalho apresentado foi a da possibilidade ou não da dissolução parcial nas sociedades anônimas. Conforme o visto, o conceito que era tipicamente aplicado às sociedades limitadas, com o tempo foi sendo interpretado para a aplicação na sociedade anônima de capital fechado, privilegiando a realidade em que muitas das companhias fechadas constituídas acabavam por apresentar características predominantes de sociedades de pessoas, e não de capital. No entanto, o simples fato da sociedade se organizar sobre a forma de anônima fechada não constituía uma irrestrita permissão para que se procedesse com a sua dissolução parcial, devendo os requisitos do Art. 599 § 2 do CPC/15 serem preenchidos.

Contudo, por mais que a nova legislação processual tenha disposto expressamente sobre a possibilidade da dissolução parcial da sociedade anônima, pudemos observar que a doutrina societária especializada nunca foi unânime no assunto, principalmente ao entender que a não regulamentação da dissolução parcial na Lei das S.A.'s não foi uma omissão legislativa, mas sim uma opção consciente do legislador.

O próprio requisito existente no Art. 599 § 2 do CPC/15 (o não preenchimento do fim da companhia) foi importado da Lei das S.A.'s, no entanto, aplicado de forma distinta. Na LSA o não preenchimento do fim da companhia enseja a dissolução total da companhia. Já no CPC/15, ele permite a dissolução parcial da companhia.

Ainda assim, ao acionista foi estipulado na LSA matérias de maior relevância, que com sua discordância no âmbito da assembleia-geral, poderia resultar no direito de recesso, com direito ao reembolso de suas ações. A previsão do direito de retirada na própria LSA, além das hipóteses expressas de dissolução total, reforçam o entendimento de que o legislador não se omitiu

quanto à dissolução parcial das sociedades anônimas, mas sim que entendeu não ser cabível esse instituto às companhias, tanto as abertas quanto as fechadas, respeitando-se o princípio majoritário e trazendo alternativas às minorias.

Por fim, mesmo se tendo conhecimento dos inúmeros argumentos contrários à dissolução parcial da sociedade anônima, a expressão de vontade do legislador favorável à aplicação possui um peso muito forte, não se podendo exigir a não-aplicação do CPC/15, cabendo, no entanto, críticas a sua aplicação.

Bibliografia

ASCARELLI, Túlio. *Problemas das Sociedades Anônimas e Direito Comparado*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1969. 753 p.

AZEVEDO, Luís André N. de Moura; CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de (Coord.). *Sociedade Limitada contemporânea*. São Paulo: Quartier Latin, 2013. 761 p.

BARBIERI FILHO, Celso. *Dissolução parcial de sociedades limitadas*. Belo horizonte: Mandamentos, 2004. 544 p.

BORBA, José Edwaldo Tavares. *Direito Societário*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 582 p.

CARVALHOSA, Modesto; KUYVEN, Fernando (Coord.). *Tratado de Direito Empresarial. Sociedades Anônimas*. vol. III. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2016. 1246 p.

CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de; ARAGÃO, Leandro Santos de (Coord.). *Sociedade Anônima – 30 anos da Lei 6.404/76*. São Paulo: Quartier Latin, 2007. 539 p.

CHEDIAK, Julian Fonseca Peña. *A posição do Superior Tribunal de Justiça sobre a dissolução parcial das sociedades anônimas: uma análise à luz do novo Código Civil*. Revista de Direito Renovar nº 28. 2004. P. 107-120.

Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-jun-20/problematica-disciplina-unitaria-dissolucao-sociedades-cpc>>. Acesso em 20 de novembro de 2018.

EIZIRIK, Nelson. *A Lei das S/A comentada*. Volume II. 2ª Edição revista e ampliada. Artigos 80 a 137. São Paulo. Quartier Latin, 2015. 566 p.

FILHO, Alfredo Lamy; PEDREIRA, José Luiz Bulhões. *Direito das Companhias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

FLEICHMAN, Julio Wehrs. *Apontamentos sobre a ação de dissolução parcial de sociedade no novo Código de Processo Civil*, in: HANSZMANN, Felipe (coord.) *Atualidades em Direito Societário e Mercado de Capitais*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2016. 500 p.

FONSECA, Priscila M. P. Corrêa da. *Dissolução parcial, retirada e exclusão de sócio*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 256 p.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes; ADAMEK, Marcelo Vieira von. *Da Ação de dissolução Parcial de Sociedade: comentários breves ao CPC/2015*. 1. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2016. 112 p.

LAMY FILHO, Alfredo; BULHÕES PEDREIRA, José Luis. *A Lei das S.A. Renovar*, Rio de Janeiro, 1997. 508 p.

LAMY FILHO, Alfredo; BULHÕES PEDREIRA, José Luiz. *Direito das Companhias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. 1614 p.

LEITE JÚNIOR, Carlos Antônio Goulart. *Affectio societatis: na sociedade civil e na sociedade simples*. Rio de Janeiro. Forense, 2006. 401 p.

LUCENA, José Waldecy. *Das sociedades anônimas – comentários à lei (arts. 189 a 300)*, vol. 3. Rio de Janeiro: Renovar, 2012. 1.272 p.

NETO, Cesar Ciampolini; JUNIOR, Walfrido Jorge Warde (Coord.). *O direito de Empresa nos Tribunais Brasileiros*. São Paulo: Quartier Latin, 2010. 416 p.

NUNES, Márcio Tadeu Guimarães. *Dissolução parcial de sociedades*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo Curso de Processo Civil*. Volume 2: Tutela dos direitos mediante procedimento comum. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais. 2017. p. 88

PENTEADO, Mauro Rodrigues. *Dissolução e Liquidação de Sociedades*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. 315 p.

RESTIVE, Paulo Sérgio. *Possibilidade de dissolução parcial de sociedade anônima aberta?* Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais. Vol. 55. Ano 15. p. 238-246. São Paulo: Ed. RT. Jan-mar. 2012.

RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; CARAMÊS, Guilherme Bonato Campos (Coord.). *Direito Empresarial e o CPC/2015*. 2. ed. rev., ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 326 p.

RIBEIRO, Renato Ventura. *Exclusão de sócios nas Sociedades Anônimas*. São Paulo. Quartier Latin, 2005. 352 p.

ROVAI, Armando; SALLES JR., Paulo Sérgio Nogueira. *Dos novos paradigmas da ação de dissolução parcial de sociedade e a necessidade de uniformização das decisões judiciais*. Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais. Vol. 75. Ano 20. p. 117-128. São Paulo: Ed. RT, jan-mar. 2017.

SANTOS, Paulo Penalva. Título IX: Dissolução, Liquidação e Extinção. In: LAMY FILHO, Alfredo; TOMAZETTE, Marlon. *Curso de Direito Empresarial: Teoria Geral e Direito Societário*. Vol. 1. 8. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017. 721 p.

VENÂNCIO FILHO, Alberto; LOBO, Carlos Augusto da Silveira; ROSMAN, Luiz Alberto Colonna. *Lei das S.A. em seus 40 anos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.